



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS POLICIAIS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS
MILITARIZADOS – POSSIBILIDADES E LIMITES**

INGRID ALVES CARDOSO HORA

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS POLICIAIS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS
MILITARIZADOS – POSSIBILIDADES E LIMITES**

INGRID ALVES CARDOSO HORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Freitas Teixeira

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Teixeira que além de cumprir brilhantemente seu papel, foi uma grande incentivadora da conclusão deste trabalho. Foi a primeira pessoa que me acolheu na Universidade quando da minha vontade de ingressar no Mestrado em Educação, sempre com muita paciência e dedicação para com esta aluna iniciante. Graças a ela consegui reunir forças para me concentrar na finalização desta dissertação.

Sou grata também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, especialmente aqueles que tiveram contato direto com a ‘turma 2013’, que muito contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento como aluna e pesquisadora.

Tenho também muito a agradecer aos meus companheiros de trabalho no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe, especialmente aos que compõem a Divisão de Ensino, que ao longo desses nove anos seguem participando do meu crescimento profissional e pessoal. Seja por meio das palavras de incentivo e auxílios de toda ordem para que eu conseguisse realizar esta pesquisa, seja por meio do empréstimo de seu tempo para cobrir minhas ausências de corpo e de mente. Meu muito obrigada pela amizade que compartilhamos.

Agradeço ao grupo de pedagogas policiais que, com sua dedicação, muito tem contribuído no processo de ensino do CFAP, e que, diretamente me ajudaram nas reflexões deste trabalho: Amanda, Élide e Sinara. Outras participações foram igualmente importantes na confecção deste trabalho: Edson, Maryfran e Dos Anjos. Um trio que me inspira profissionalmente.

Para que tudo isto pudesse ser realizado, na minha retaguarda estava sempre um apoio imprescindível: a minha família. Estas pessoas, que sempre me recebem com toda paciência, souberam compreender minhas ausências e angústias, que por várias vezes me privaram do seu convívio. O meu eterno obrigada a Ana Alves, minha mãe, principal motivadora de todos os meus empreendimentos. Ao meu lado Jadson, meu esposo dedicado e companheiro, o esteio que completa a base emocional necessária para que eu percorra o caminho em vistas de uma jornada evolutiva, obrigada meu amor. Ao meu irmão, meu pai, sogro, sogra e minhas queridas cunhadas que deram todo o suporte para que eu me ausentasse daquele que se constitui, sem sombra de dúvidas, minha melhor produção: meu filho Nauan.

Finalmente o meu agradecimento especial é dedicado a minha grande amiga, e principal colaboradora no produto final desta pesquisa: Amanda Freitas do Santos Tobias. Foi esta amiga que me incentivou diretamente desde o processo seletivo até a impressão da última versão desse trabalho. Estarei eternamente em estado de gratidão por todas as vezes em que insistiu, lutou, brigou mesmo para que eu cursasse o tão sonhado Mestrado em Educação. Obrigada Amanda! Sem você isso não seria realidade, eu não teria avistado o final do percurso.

Nenhum de nós pode programar a vida como linha reta, imutável, inflexível. A cada instante as surpresas rebentam e temos que ter a humildade e imaginação criadora para ir salvando o essencial, através do inesperado de cada instante.

Dom Helder Câmara

RESUMO

Nos últimos anos as pesquisas sobre a atuação de pedagogos em ambientes distintos das escolas convencionais têm sido contributivas para a área da Educação. É discutido o papel do pedagogo nas diferentes instâncias formativas da sociedade. Contudo, a atuação do Pedagogo em ambientes educacionais militares é pouco evidenciada. Há uma possível distinção entre a proposta de formação universitária para os pedagogos e a atuação profissional em um ambiente rígido, com normas inscritas em regulamentos que o caracteriza como militar. Esse trabalho objetiva analisar a atuação de pedagogas policiais no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Sergipe (CFAP/PMSE). Para tanto, descreve o cotidiano das atividades nessa unidade de formação da Polícia Militar bem como elementos que envolvem esse ambiente educativo. A percepção que os sujeitos centrais têm sobre seu papel nessa instituição é tomada como referência para essa pesquisa a fim de compreender as peculiaridades da presença de pedagogas em ambientes militarizados. A investigação ancorou-se nos pressupostos da abordagem qualitativa em educação e utilizou como principal instrumento a entrevista semiestruturada, foram aplicados questionários para o delineamento do perfil profissional e as observações cotidianas também foram levadas em consideração. Foram ouvidos três policiais: duas pedagogas policiais e o policial que as coordena. Com essa pesquisa podemos afirmar que as pedagogas policiais são elementos participes de um momento de transformação da formação policial militar. Elas orientam as práticas educativas na formação policial e acrescentam um viés crítico, reflexivo e humanista a unidade de ensino policial militar pesquisada.

Palavras-chaves: Pedagogia. Formação policial militar. Pedagoga policial.

ABSTRACT

In recent years research on the role of educators in different environments from conventional schools have been contributory to Education. It discusses the role of teacher training in the different sectors of society. However, the role of the educator in military educational environments is barely evident. There is a possible distinction between the proposed university training for teachers and professional performance in a harsh environment, with standards listed in regulations that characterizes it as a military. This work aims to analyze the performance of police pedagogues at the Centre for Training and Police Military Squares Improvement of the State of Sergipe (CFAP / PMSE). Describe routine activities in this training unit of the military police and elements involved in this educational environment. The perception that the core subjects have about their role in this institution is taken as reference for this research in order to understand the peculiarities of the presence of pedagogues in militarized environments. Research It is anchored on the assumptions of qualitative approach in education and used as the main instrument to semi-structured interviews, questionnaires were applied to the design of the professional profile and daily observations were also taken into account. Three police officers were heard: two police pedagogues and the police that the coordinates. With this research we can state that police pedagogues are partakers elements of a moment of transformation of military police training. They guide the educational practices in police training and add a critical bias, reflective and humanist military police teaching unit searched.

Key-words: Pedagogy. Military police training. Pedagogue police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia do Hall do CFAP	38
Figura 1 – Fotografia dos alunos em forma para início das atividades escolares	42

Quadro 1 – Quantidade de unidades de ensino existentes nas Polícias Militares	35
Quadro 2 – Perfil geral dos sujeitos centrais da pesquisa	53

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

APM: Academia Policial Militar
BI: Boletim Interno
BGO: Boletim Geral Ostensivo
Cap: Capitão
CAS: Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CFAP: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO: Curso de Formação de Oficiais
CFSd: Curso e Formação de Soldados
CFC: Curso de Formação de Cabos
CFS: Curso de Formação de Sargentos
CHOA: Curso de Habilitação de Oficiais da Administração
EM: Estado Maior
GP: Grupamento policial
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOB: Lei de Organização Básica da Polícia Militar
MEC: Ministério da Educação
PM: Polícia Militar
PMSE: Polícia Militar do Estado de Sergipe
PM/3: 3ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar
RENAESP: Rede de Altos Estudos em Segurança Pública
SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública
Ten: Tenente
UFS: Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	A FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR EM SERGIPE	22
	2.1. A FORMAÇÃO MILITAR	25
	2.2. A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM SERGIPE	32
	2.3. O CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE (CFAP)	33
3.	CAMINHO METODOLÓGICO	46
	3.1. CAMPO DE PESQUISA	46
	3.2. SUJEITOS DA PESQUISA	48
	3.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA	49
4.	A ATUAÇÃO DA PEDAGOGA POLICIAL NO AMBIENTE MILITARIZADO.....	53
	4.1. PERCURSO FORMATIVO DOS PEDAGOGAS POLICIAIS	55
	4.2. A ATUAÇÃO DA PEDAGOGA POLICIAL NO CFAP	61
	4.3. LIMITES DA ATUAÇÃO DAS PEDAGOGAS POLICIAIS: RELAÇÃO SABER X PODER	69
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
6.	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICES	83
	APÊNDICE A	83
	APÊNDICE B	85
	APÊNDICE C	87
	APÊNDICE D	90
	APÊNDICE E	92

1. INTRODUÇÃO

O interesse por estudar o pedagogo em ambientes distintos dos convencionais, ou seja, diferente das escolas do sistema de ensino regular, foi consequência de inquietações acerca de aspectos profissionais que se fizeram presentes ao tempo em que procurávamos encontrar o equilíbrio entre a formação e a prática profissional.

O contato com as escolas convencionais ocorreu apenas na ocasião do estágio curricular quando da minha formação. As circunstâncias profissionais não propiciaram contato com a escola, mas, com um ambiente educacional bastante peculiar: o quartel escola da Polícia Militar de Sergipe. No quartel escola, desenvolvemos algumas atividades educacionais bastante significativas. Ao observar a atuação do Pedagogo em um quartel militar, acreditávamos que essa seria mais uma opção de trabalho para esse profissional, e o entendimento de como é possível um pedagogo desempenhar suas atividades em um espaço educativo rígido, com regras estabelecidas por meio de leis e normas em consonância com sua formação seria um curioso objeto de estudo científico.

No início dos estudos, devido ao envolvimento com o quartel e por faltar um certo senso de criticidade e um conhecimento mais amplo de educação e sociedade, não conseguíamos perceber as tensões entre a proposta de formação e a atuação em um ambiente educacional militarizado.

Hoje, após o conjunto de leituras ao longo da realização da própria pesquisa e da formação ao longo do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da UFS, nos dedicamos a desvendar a atuação do pedagogo, que é também um policial militar, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Diante de algumas contradições presentes na relação formação e prática, passamos a questionar se o quartel era lugar do Pedagogo e, de que maneira esse Pedagogo estabeleceria (ou não) as relações entre os fundamentos de sua dupla formação: pedagogo e policial militar.

Em nossa visão, esses questionamentos só seriam esclarecidos a partir do estudo e do entendimento dos motivos pelos quais o quartel escola da Polícia Militar de Sergipe passa a requisitar o Pedagogo, e de que modo esse profissional se posiciona em sua prática, diante do seu interesse e das expectativas que a instituição tem a respeito dele.

O pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos e situações referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações. Onde houver uma prática educativa, existirá aí uma ação pedagógica.

Partindo deste pressuposto, buscamos analisar o papel do pedagogo que atua no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe (CFAP) tomando como referência a concepção que tem sobre seu papel profissional assim como as exigências e demandas da instituição militar que integra. Para alcançar tal objetivo mais geral definimos alguns objetivos específicos, quais sejam: traçar o perfil dos pedagogos que atuam no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe; descrever as funções atribuídas pela corporação e o trabalho efetivamente realizado e analisar, sob a ótica do pedagogo, qual o seu papel dentro do quartel escola de Sergipe, tendo em vista suas peculiaridades formativas. Dito isso, como esses profissionais da pedagogia efetivamente atuam nesse ambiente militarizado? Qual o seu papel sob suas próprias perspectivas e da instituição militar em que estão inseridos?

São com essas questões que esse trabalho perpassa diferentes aspectos educacionais contemporâneos, pois constatamos a presença dos profissionais da Pedagogia em um espaço específico, diferente das escolas convencionais, em que é requisitado a contribuir em diferentes processos formativos que prepare os homens a responder e corresponder às diversas funções numa organização. Tal constatação pode servir para a reflexão da função dos pedagogos nas diferentes instâncias formativas da nossa sociedade.

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em múltiplos campos educativos, inclusive os ambientes educacionais militarizados. O pedagogo deverá ser capaz de compreender as relações educativas que ocorrem no âmbito da sociedade, dos sistemas de ensino, da escola, da sala de aula e de outras agências educacionais, todas elas consideradas em seu contexto e que envolvem, simultaneamente, dimensões individuais e sociais.

Segundo Libâneo (2005), Pedagogia é o campo de conhecimentos que se ocupa do estudo sistemático da educação, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. E o pedagogo é o especialista em assuntos educacionais.

Sabe-se que o objetivo primordial de uma escola militar é forjar uma nova identidade ao indivíduo que adentra seu espaço. Essa identidade militar que tem como elementos basilares a disciplina e a hierarquia expressas em normas e regulamentos é formada sob princípios rígidos. Ao final de sua formação o indivíduo, considerado como civil, mas que após a formação

torna-se, então, militar deve estar preparado para a atuação específica de uma função de risco dentro da sociedade, especialmente em se tratando de policiais militares. Destarte, há nesse espaço de formação uma prática educativa específica, uma ação pedagógica planejada e executada por diversos policiais entre eles pedagogos que fazem parte da corporação e atuam nesse centro de ensino. Pedagogos policiais que se situam entre uma prática profissional baseada em disciplina e uma formação universitária que preconiza que os profissionais da pedagogia sejam questionadores, críticos, humanistas

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia aprovado em dezembro de 2005, em Finalidade do Curso de Pedagogia, destaca que a educação do Pedagogo deve propiciar estudos de campos do conhecimento, tais como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, para nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimento de ensino. (CERONI, 2010)

A formação em pedagogia traz a perspectiva de forjar um profissional habilitado a elaborar uma leitura crítica do mundo social que o cerca, a partir de uma articulação entre teoria e prática constituindo “a noção da Pedagogia enquanto ciência prática ou ciência da educação e para a educação” (LIBÂNEO, 2005, p. 36).

Provido das informações que o curso propicia, o Pedagogo tem uma base teórico-operativa que abrange duas grandes dimensões. A primeira é a formação teórico-científica, incluindo a formação acadêmica específica nas disciplinas em que o profissional se especializa em uma formação pedagógica que envolve conhecimentos de filosofia, política, sociologia, história da educação e da própria pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenômeno educativo em um contexto histórico-social. A segunda dimensão é a formação técnico-prática que visa a preparação profissional específica para a transmissão de saberes, o ensino, a docência, incluindo a didática, as metodologias específicas das disciplinas, psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento, além de pesquisa educacional.

Não obstante,

Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores,

geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2005)

Assim como em diversas instituições que lidam com educação profissional, a Polícia Militar por meio das necessidades impostas em virtude do papel que desempenha na sociedade, instala um verdadeiro processo pedagógico que tem como objetivo a formação dos seus profissionais. Essa formação diz respeito a transmissão, ao compartilhamento de técnicas (conjunto de conhecimentos sobre os procedimentos, instrumentos e processos) necessárias a atuação dos policiais em suas atividades, além do conjunto de conhecimentos sobre os ideais, os padrões de comportamento e cultura, as intenções e os objetivos dessa instituição tão peculiar. Nesse cenário o pedagogo emerge das exigências de formação dos homens e mulheres que compõem a Corporação frente às exigências da sociedade contemporânea.

Ele é o profissional que está preparado para planejar e implementar processos de formação dos membros de uma organização, de acordo com os interesses da mesma, através de um conjunto de métodos e técnicas para a construção, transformação e transmissão de saberes e modos de ação (conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos e atitudes) aos indivíduos.

A Polícia Militar do Estado de Sergipe, como um espaço específico também se ocupou em constituir seus processos próprios de construção, transformação e transmissão de conhecimentos específicos necessários a formação e atuação de seus integrantes. Desse modo, tornou-se também um lugar oportuno para a atividade do Pedagogo: profissional que se adequa idealmente nesse espaço pois ele é capacitado para orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas de ensino, exatamente como está disposto nos princípios das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia antes referida.

Alguns policiais militares foram requisitados pela corporação para compor o quadro funcional do seu espaço escolar. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP é uma unidade policial militar de formação dos seus membros. É um quartel escola onde acontecem os processos de transmissão de conhecimentos para os integrantes da Polícia Militar. Nele uma equipe de policiais militares com formação em Pedagogia se ocupa desses processos. Atualmente, são lotados na Divisão de Ensino – setor responsável pelo planejamento e execução dos cursos – 11 (onze) profissionais que labutam diariamente com formação policial, entre eles 04 (quatro) são também pedagogos. Os pedagogos policiais são os sujeitos centrais dessa pesquisa e portanto foram entrevistados, bem como foi entrevistado o policial que gerencia esse

setor onde eles estão lotados. A atuação e o perfil desses pedagogos policiais é o objeto de investigação dessa pesquisa. Para auxiliar a compreensão desse fenômeno educativo específico busquei realizar um balanço de pesquisas científicas já realizadas que pudessem dialogar com esse estudo.

As pesquisas científicas que tratam sobre a atuação de pedagogos em espaços distintos das escolas regulares tem se multiplicado. A presença constante desse profissional nos diversos ambientes de trabalho tem fomentado estudos nessa direção. Entretanto, o espaço militar traz peculiaridades que torna curiosa a presença do profissional da pedagogia. Embora também tenha sido identificado de modo empírico a presença de pedagogos nas instituições de segurança pública no país, as pesquisas nessa direção ainda são inaugurais.

Assim, alguns desses trabalhos tem sido produzidos na perspectiva de contribuir para o entendimento e a crítica do tema relacionado a educação para profissionais militares, profissionais em segurança pública. No entanto, as pesquisas realizadas dizem respeito a tentativa de superação de modelos educacionais voltados ao combate ou prevenção das diferentes formas de violência frequentemente associadas ao universo policial brasileiro, seja a praticada por eles ou contra eles, de forma central ou adjacente. Desse modo, é possível afirmar que a formação policial militar e suas características vem se tornando, progressivamente, objeto de pesquisas científicas.

Após levantamento realizado junto a Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses – BNDT através da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe – Bicen/UFS, a *Scientific Electronic Library Online* – Scielo (biblioteca eletrônica que abrange periódicos científicos) e ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (agência de fomento à pesquisa científica brasileira) pode-se afirmar que foram poucas as pesquisas realizadas especificamente sobre o perfil e atuação do pedagogo em ambientes educacionais militares voltados especificamente para a formação policial militar. No entanto, é maior a produção científica sobre formação policial militar em geral, tema sobre o qual há muitos estudos focados nos sistemas educacionais militares, na viabilidade ou não de determinadas propostas pedagógicas, nas questões dos direitos humanos envolvidas nessa formação, o aprender a ser policial, enfim, aos assuntos relacionados a educação militar.

Entretanto, com o intuito de atender a um dos objetivos dessa pesquisa, que é analisar o perfil do pedagogo que atua no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe - CFAP/PMSE, a consulta teve-se a buscar as seguintes palavras-chave “pedagogos militares”, “pedagogia militar”, “pedagogos e formação militar”. Foram

encontrados poucos trabalhos. Dentre os trabalhos identificados, e conforme a proximidade com o tema da pesquisa, selecionamos uma monografia, uma dissertação e duas teses. Tais trabalhos nos auxiliam a compreender as questões que envolvem as especificidades da atuação do profissional da pedagogia em ambientes militares.

Iniciamos, assim, o balanço das pesquisas selecionadas, com o trabalho de conclusão de curso de Achetta (2013) intitulado “A importância do Pedagogo nos cursos de formação do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal”. Trata-se de trabalho apresentado para obtenção do título de graduação em Pedagogia pela Universidade de Brasília tendo como objetivo analisar a contribuição da Pedagogia e dos pedagogos nos cursos de formação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBM/DF). O autor defende que há novas possibilidades de atuação para o pedagogo o que vem contribuindo para romper com o paradigma de que sua atuação está restrita a sala de aula. Há um movimento que desloca o pedagogo dessa função precípua, mas que não se constitui como única: docência. Destarte, esse profissional tem sido requisitado nas mais diversas áreas, incluindo a área organizacional. Ele torna-se a base para a construção dos currículos em formação militar. Segundo Achetta, o pedagogo no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal é o responsável por reestruturações curriculares que promovem uma formação mais completa e eficaz aos futuros bombeiros. A Pedagogia é um fenômeno não difuso, mas intencional e cujos métodos orientam desde a identificação dos educandos até a definição dos objetivos dos conteúdos a serem trabalhados. A Pedagogia é uma prática educativa que se realiza de forma sistemática, metódica, planejada e avaliada, possuindo uma intencionalidade específica. Dito isso, a presença do profissional da pedagogia nos mais diversos espaços onde ocorra processos de ensinar e aprender, de transmissão intencional de conhecimento é imprescindível inclusive em uma instituição militar.

Para demonstrar seu ponto de vista Achetta (2013), percorre a história da Pedagogia destacando questões acerca da formação do pedagogo ao longo dos anos, como por exemplo, a Pedagogia enquanto ciência e suas especificidades, os teóricos que sustentam as questões pedagógicas, em seguida sobre o pedagogo, sua formação, história, competências, habilidades, os espaços possíveis de sua atuação profissional, relacionou as características necessárias para que ele se torne um pedagogo pronto para atuação em um ambiente educacional militarizado. Estabelece diálogo com as legislações que tratam sobre a atuação ou sobre a formação dos profissionais da pedagogia explicitando legalmente que é legítima essa presença em ambientes educacionais escolares ou não. Para tanto, se utiliza os artigos 2º, 4º, 5º e 8º da Diretriz Curricular Nacional – artigos que referenciam a atuação de pedagogos em ambientes não-

escolares. Descreve, ainda, o campo profissional desse pedagogo e propõem melhorias para os referidos cursos por meio da atuação desses profissionais da Pedagogia dentro desse ambiente. No Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o pedagogo envolve-se com gestão, supervisão, integralização, coordenação e instrução de cursos. Destaca a necessidade de aprimoramento técnico profissional para que esses profissionais da pedagogia possam desempenhar suas funções com qualidade pois o que sua formação universitária promove não contempla as especificidades da atuação em organizações militares. O autor disserta também sobre o referido espaço destacando como é desenvolvida sua administração e como é a estrutura desse ambiente educacional, bem como os currículos implementados. Aborda algumas questões acerca do trabalho pedagógico desenvolvido no Sistema de Ensino do Corpo de Bombeiro Militar do DF, trazendo proposições de melhoria no planejamento e execução dos cursos de formação, com vistas a influência e atuação dos pedagogos, exatamente como intento demonstrar com a pesquisa sobre a atuação dos pedagogos na Polícia Militar de Sergipe.

Outro trabalho mostrou-se relevante, nesse contexto, por indicar que o tipo de formação oferecida aos profissionais da pedagogia, pode influenciar os currículos desenhados e conseqüentemente o perfil de policial militar formado. Aqui nos referimos a dissertação de Fábio Gomes de França apresentada ao mestrado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos no ano de 2012, “Disciplinamento e Humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância” que teve por objetivo analisar a contradição existente entre a utilização de novos paradigmas educacionais com propósitos humanizadores na formação dos alunos policiais militares na Paraíba e o disciplinamento próprio a essa instituição. Nesse trabalho o autor buscou ampliar a possibilidade de analisar a segurança pública a partir do modo como os policiais militares são formados, como passo contributivo para legitimar políticas de segurança pública coerentes com ideais realmente humanitários. O autor considera que a utilização de novos paradigmas educacionais, os quais traduzem o discurso humanizador na instituição policial militar paraibana, funciona como novos mecanismos de controle social e de vigilância do corpo de alunos policiais militares. Ele constata que a inserção do modelo humanizador na formação policial militar se enviesa através de um processo que encobre a maximização das relações de poder, disfarçadas por meio do ideal educativo humanizador.

A reflexão sobre a presença do pedagogo em ambientes educacionais militarizados deve levar em conta que sua atuação está relacionada ao desenho dos currículos de formação dessas instituições. Para desenhar o currículo o profissional da pedagogia deve partir de algum

princípio educacional, de modo a posicionar-se sobre a visão de educação que partilha. Nas mais recentes pesquisas sobre formação policial militar constata-se um movimento de crítica, de tentativas de superação aos modelos vigentes que se pautam na militarização, ou seja, há um movimento constante na busca da superação dos resquícios do regime ditatorial no Brasil. Novos paradigmas educacionais são adotados com o objetivo de melhorar a instituição militar e suas práticas com um modelo humanizador. A educação vista como humanizadora coloca em questão as especificidades do modelo militarizado, que em regra geral forma profissionais rígidos, sem reflexão ou consciência de sua condição enquanto ser humano. Dessa maneira o princípio humanizador da Educação está imbricado na consideração que profissionais da pedagogia promovem a Educação que humaniza, que comunica aos seres sua condição de ser homem. Entretanto, os modelos militarizados de formação policial ainda não foram superados completamente. Sendo assim, cabe pensar se a presença de pedagogos em ambientes militares, de fato, promove a adoção de novos paradigmas educacionais ou se esse é um processo que encobre a maximização de relações de poder disfarçadas.

A hipótese levantada por França (2012) é a de que na contradição entre o disciplinamento e a humanização na formação militar existe o mascaramento de estratégias de poder que se ocultam por meio de novos paradigmas educacionais militarizados, ao construir novos modelos de controle e vigilância dos alunos em formação. Na presente investigação que objetiva analisar os pedagogos que atuam na Polícia Militar de Sergipe, também se pretende descrever as possibilidades e limitações dessa atuação, sendo a questão do mascaramento do poder aspecto de relevância pensando no trabalho que é ou não desempenhado por esses profissionais da pedagogia no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe.

Em sua tese sob o título “Processos de Ensinar e de aprender: Os Instrutores Militares e os Cadetes da Aeronáutica” defendida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Kirsh (2013) mapeou as especificidades do processo de ensino e aprendizagem dos instrutores militares, no que diz respeito à concepção teórico-prática acerca da docência, e do processo de ensino e aprendizagem dos cadetes (alunos) na Academia da Força Aérea. A metodologia do trabalho foi de um estudo descritivo-analítico como a própria autora afirma. A estrutura da tese contempla a descrição do espaço onde funciona a academia, sua história, especificidades, os cursos ofertados, incluindo o currículo de cada um deles, bem como a apresentação dos principais sujeitos dessa pesquisa: os instrutores. Há um capítulo dedicado a eles, onde a autora revela o perfil desses profissionais, o modo como se dá o ingresso

na corporação, suas possibilidades e limites de atuação, além da concepção pedagógica que os envolve por se tratar de um ambiente educacional militarizado. Os discentes também foram entrevistados a fim de nortear as considerações elaboradas, pois eles representam parte do processo pedagógico desenvolvido por esses instrutores. As concepções de ensino utilizadas na Academia, os componentes necessários à docência, os processos de ensinar e aprender, as técnicas e estratégias de ensino importantes em sala de aula, a aquisição do conhecimento pelo aluno, a identidade do professor, a base de conhecimento e o raciocínio pedagógico, como também o processo reflexivo na formação e atuação profissional docente estão presentes no trabalho, com o aporte teórico de diversos autores como, por exemplo, Tardif (2002), Libâneo (1994), Saviani (1986) e Bloom (1956). Kirsh buscou, inclusive, compreender e aprofundar o entendimento sobre como é formada a identidade docente desses instrutores, qual a base de conhecimento para o ensino, o raciocínio pedagógico empregado, bem como as estratégias utilizadas em sala de aula.

O trabalho de Kirsh (2013) é de grande valia pois apresenta aspectos importantes que envolvem a formação militar tais como os aportes teóricos que fundamentam a prática educativa de quartéis escola. Kirsh afirma que a abordagem tecnicista pedagógica é adotada nesses ambientes educacionais onde há uma preocupação constante com a ‘organização racional’ e a ‘condução da aprendizagem’. Destarte, o pedagogo é o profissional que reúne atributos adequados, próprios de sua formação, para protagonizar o planejamento desse sistema de ensino tão específico.

Podemos ainda destacar a tese de Luís (2008) defendida junto ao Programa de pós graduação em Educação da Universidade Católica de São Paulo sob o título: “Ensino Policial Militar: Currículo”. Nessa tese se investiga de que forma a capacitação profissional de policiais militares do Estado de São Paulo pode contribuir para uma melhor prestação do serviço de segurança pública. Essa tese foi construída a partir do questionamento da qualificação profissional, analisando o modo como são formados os policiais. O cerne da tese nasce da necessidade de se abandonar, no que for necessário, o paradigma militarista e implantar um novo modelo baseado nos princípios de formação e qualificação profissional continuada, interdisciplinaridade, integração, abrangência e capilaridade, além da fundamental atualização permanente. Destaca-se nesse trabalho o específico objetivo de contribuir para a discussão e indicação de novas formas de fazer currículo, para além das formas verticais, centralizadas e pouco participativas que tradicionalmente tem caracterizado a formação policial, buscando por meio dessa pesquisa, alternativas diversificadas a atual concepção de ensino policial.

A tese central de Luís (2008) é como realizar uma formação policial-militar mais humanizadora, em última análise, como se ensina a ser policial. Na Polícia Militar o currículo é o principal instrumento da formação. Na Polícia Militar de Sergipe o currículo é objeto de trabalho de pedagogos policiais que fazem parte do quartel escola e intencionam promover a formação policial de modo técnico. Seguindo a tendência de estabelecer aprimoramento profissional para policiais abandonando os paradigmas militaristas e seguindo concepções que assegurem a vanguarda do que se aponta em cenário nacional para formação policial, para o ‘tornar policial’ de modo humanizador. O objeto de trabalho desses pedagogos policiais, aliado as múltiplas práticas cotidianas que os envolvem, são de suma importância pois se constituem como parte da engrenagem que resulta em seu desempenho, em sua atuação.

Esses trabalhos científicos auxiliam na compreensão da necessidade de se pensar e repensar constantemente a formação policial, pois os consequentes desdobramentos que se faz dela implicam na qualidade dos serviços policiais oferecidos a sociedade. Mas estudos como de José Carlos Libâneo (2005) e Selma Garrido Pimenta (2011) sobre pedagogia e pedagogos, Dermeval Saviani (2003) sobre Educação enquanto formação integral do homem, Michel Foucault (2009) com suas análises sobre sociedades disciplinares, poder, controle e vigilância e Acácia Kuenzer (2002) por meio da obra Pedagogia da Fábrica que em muito contribui para que se possa desvelar a Pedagogia Institucional que se formata a determinados trabalhadores sob determinadas circunstâncias buscando avançar na compreensão das relações entre Educação e Trabalho, constituem-se como o aporte teórico necessário para a análise dos dados coletados nessa pesquisa.

Assim para apresentar os resultados de nossa pesquisa estruturamos o trabalho da seguinte forma. O primeiro capítulo introdutório, traço um panorama geral sobre o trabalho desenvolvido; explico a motivação da pesquisa, bem como sua justificativa; aponto as perguntas norteadoras e o problema de pesquisa; e também, defino os objetivos e a caracterização do corpo teórico e procedimentos metodológicos.

No segundo capítulo, apresento a formação policial militar de Sergipe. Antes, porém, é preciso situar a concepção de Educação que move esse trabalho, pois ao falarmos em formação militar estamos falando também em Educação – estamos falando da sociabilidade entre os homens, da vida entre eles - um fenômeno próprio dos seres humanos. Em seguida a discussão recai sobre a formação militar e seus princípios elementares, entre eles a disciplina. Para tanto discorreremos sobre como essa disciplina é praticada e de que modo ela deve estar aliada ao princípio da liberdade e da moral. Em seguida de apresentar a formação policial militar e suas

especificidades, que sistema de ensino é esse e o modo como está organizado a nível nacional. Apresento ainda, o espaço onde ocorre em Sergipe a formação policial militar – local onde atuam as pedagogas policiais sujeitos centrais dessa pesquisa.

No capítulo terceiro tratamos de destacar o caminho metodológico adotado para a realização da pesquisa, detalhamos as técnicas e instrumentos escolhidos; caracterização do campo e atores da pesquisa, bem como toda a descrição de como foi realizada a pesquisa.

Já no quarto capítulo evidenciamos a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo trazendo o perfil, os desafios, a formação, as contradições, enfim, todas as questões envolvendo a atuação desse profissional. São as vozes desses profissionais que se expressam sobre a presença e atuação deles mesmos no CFAP que ocupam o lugar central de nossas reflexões. E nas considerações finais trazemos a síntese das descobertas e das reflexões que o estudo nos permitiu.

2. A FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR EM SERGIPE

Ao tratarmos de falar sobre formação policial militar é preciso antes falar sobre Educação e situar a concepção que move cada um de nós. Diversos são os autores que articulam argumentos para defender seu posicionamento sobre esse tema. Mas há em comum um pensamento: a educação diz respeito ao social, ao caráter de sociabilidade entre os homens, a vida entre eles. E a vida consiste no preservar as relações. Onde não há relação, não há educação entre os homens.

O Senhor faz pergunta com um jeito de quem já sabe a resposta. Mas eu explico assim. A educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é a sua. Ela tem o saber de sua gente e ela serve pra que mundo? Não é assim mesmo? (SOUZA In Brandão: 1980)

Como conceber uma ideia de educação em que os sujeitos envolvidos não se relacionam? Educação que não fala ao aprendiz, que não comunica entre os sujeitos, que não promove a inter-relação e é promovida por ela?

Saviani (2011) traz a educação como uma relação de comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, tendo como objetivo a promoção do homem; ainda a pensa como mediação da prática social; mas conceitua claramente Educação como o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Essa última definição toma a educação objetivamente em sua realidade histórica e contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da educação no interior da sociedade.

Desde os primórdios os homens agiam sobre a natureza coletivamente e a educação coincide com o próprio ato de agir e sentir, com o trabalho. Foi a partir da necessidade de garantir sua existência agindo sobre a natureza, controlando-a, colocando a seu serviço seus elementos que o homem foi construindo no tempo, o mundo histórico, o mundo de cultura, o mundo humano. Nesse instante, o ato de viver era o ato de se formar homem, de se educar. A medida que esse processo foi se tornando mais complexo, ou seja, a medida que a produção para garantir sua subsistência foi se ampliando, o homem necessitou antecipar em ideias os objetivos da ação, a esse ato difere-se o homem dos animais. O homem produz então ideias, conceitos, valores, hábitos, símbolos, atitudes, habilidades que vão se constituir no saber, no saber sobre a natureza, isto é, na cultura, no conjunto da produção humana. Educação é então

“um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana.” (SAVIANI, 2003: 11)

Com tais considerações afirma-se que a educação é um processo de humanização, de hominização, é o processo pelo qual o homem cria a si mesmo ao produzir os meios que lhe garantem a existência. Não é um processo imutável nem externo que possa ser adquirido isoladamente. É um processo de construção do sujeito historicamente situado. A tarefa da educação é a identificação dos elementos culturais (habilidades, hábitos, conhecimentos) que precisam ser assimilados pelos sujeitos da espécie humana para que eles se tornem humanos e ao mesmo tempo é descobrir as formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Como o homem assimila esse conjunto da produção humana? Qual a forma mais adequada para se atingir esse objetivo? Há uma via que garante tal processo entre os homens: a troca, o compartilhamento, isto é, a comunicação. O ser humano nasce predisposto para a comunicação nos diversos níveis que ela possa acontecer. Choramos, gesticulamos, cantamos, falamos, ouvimos, posicionamos o corpo, desenhamos, enfim, são incontáveis as formas encontradas pelo ser humano para se fazer entender e estabelecer contato, dar ou receber informações. A comunicação mais primitiva entre as pessoas ocorre no plano físico, lembremos do contato da criança com a mãe, esse primeiro contato leva a percepção por parte da criança que ela não está sozinha no mundo e de que necessita da comunicação para se fazer entender. Daí por diante todos os nossos contatos nos ajudam a estabelecer relações, a nos tornar humanos. O desenho, a escrita, a comunicação telegráfica, televisiva e midiática são alguns dos caminhos percorridos pelo homem na tentativa de conseguir maior eficiência no processo da comunicação. A comunicação é um processo ou sucessão de fenômenos ligados a troca de mensagens, ao compartilhamento de informação. O que nos leva a pensar sobre sociabilidade, sobre educação, mais precisamente sobre educação e comunicação como processos inseparáveis. Como instrumento, como meio, nascem de necessidades humanas. “Comunicación implica diálogo, um forma de relación que pone a dos o más personas em um processo de interacción e de transformación continua.” (APARICI, 2003: 39)

Sendo assim se aprende melhor, se aprende mais em um ambiente de comunicação. A comunicabilidade implica nas relações em máxima intensidade desejada pelas diferentes instâncias de aprendizagens (docente, estudante e todos os envolvidos em um espaço onde ocorra o ato educativo).

Viu-se que a origem da educação coincide com a própria origem do homem, ou seja, o homem não nasce homem, ele precisa aprender, precisa passar pelo processo educativo para

chegar a ser homem. A educação é um ato complexo, evoca um contexto, um cenário, evoca o outro, não existe se for mão única. Educar tem a ver com a interação, com o trabalho de contaminar o outro, é um ‘envenenamento’. É inerente aos homens a vocação de humanizar-se, mas com a devida ajuda do educador. Para isso é preciso preparar um lugar, um professor para esse fim, para que o outro, enfim, todos que nasceram homens conquistem esse direito de aprender. A educação deve servir para ver, para se enxergar o outro. A educação não é coisa de um homem só.

Sendo assim o professor cumpre um papel preponderante. E que papel é esse? Segundo Saviani (2011) o papel do professor é elevar os alunos do nível não elaborado, do nível do conhecimento espontâneo, de senso comum, para o nível do conhecimento científico, filosófico, capaz de compreender o mundo nas suas múltiplas relações e, portanto, passar da visão empírica, fragmentada de mundo, para uma visão concreta, articulada. Por isso, nenhum professor tem como fugir do ato educacional.

O pedagogo, nesse contexto, entendido como o profissional que está ajustado para compreender a educação em sua totalidade, norteando a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientando práticas de gestão de processos educativos exatamente como está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia cumpre também papel primordial.

Quando falamos nos professores, pedagogos, enfim nos profissionais da educação devemos ter em mente que eles são profissionais ajustados para o objetivo de ampliar o horizonte dos aprendizes, mediante o uso de técnicas e/ou tecnologias para atingir esse fim.

A técnica pode ser definida, de modo simples, como a maneira julgada correta de se executar uma tarefa. É isso que distingue o técnico do curioso. O curioso vai tentar, por meio de acertos e erros, executar a tarefa com menos segurança de atingir o fim esperado e provavelmente em mais tempo. O técnico, ao contrário, está sujeito a maior grau de perfeição e aplicando as técnicas será mais rápido na execução da tarefa que se propor a realizar.

A técnica é o conjunto de regras que indicam como determinada tarefa deve ser realizada. E quando a técnica deriva do conhecimento científico, se fundamenta em princípios cientificamente estabelecidos, ela denomina-se tecnologia.

Quando consideramos a educação, podemos notar que esses diferentes aspectos podem ser realizados no ato educativo. Podemos educar como curiosos, na tentativa, no acerto e erro, guiados apenas pela intuição. Mas os profissionais da educação são preparados para ensinar segundo determinados procedimentos, derivados de princípios científicos, que envolvem regras

previamente estabelecidas que configuram o complexo das técnicas (ditado, cópia, recitação) e tecnologias educacionais (dinâmicas de grupo derivadas da psicologia educacional, recursos audiovisuais derivados da semiótica).

Diferente da era dita primitiva hoje temos disponíveis diversos recursos para educar o outro. Ao longo do tempo houve o acúmulo de produção humana e o saber, o conhecimento humano foi ampliando as possibilidades do como educar.

2.1. A FORMAÇÃO MILITAR

“O homem é a única criatura que precisa ser educada”

Immanuel Kant

Na obra ‘Sobre a Pedagogia’ Immanuel Kant começa com a afirmação acima que é bastante categórica. Consta-se nessa frase aquilo que é preocupação de vários estudiosos das ciências humanas: o caráter racional da espécie humana, em detrimento da irracionalidade e selvageria dos animais. Kant diz que os animais não precisam ser cuidados, somente necessitam de nutrição. O homem não. A espécie humana precisa de cuidados (conservação, trato). Para desenvolver sua ideia Kant afirma que por educação deve-se entender o conjunto da conservação, com a disciplina e a instrução, a formação. “A disciplina transforma a animalidade em humanidade” (KANT: 1999, 12). Os animais não precisam de cuidados, disciplina ou formação, eles têm o instinto, os homens não. Esses últimos precisam fazer uso da sua razão para criar o projeto de sua conduta, mesmo que esse projeto não tenha sido feito por ele próprio, é preciso que outros façam por ele. São obrigados a extrair de si mesmos pouco a pouco, todas as qualidades naturais que pertencem a humanidade. A disciplina também é importante para os homens, pois é ela que o impede de desviar-se do seu caminho, da humanidade. Os animais não necessitam de disciplina, pois eles já são tudo que necessitam ser. Embora a disciplina seja considerada negativa para os homens, ela é necessária.

A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis. Mas isso deve acontecer bem cedo. Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e a obedecer pontualmente tudo aquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos. (KANT: 1999, 13)

A instrução, por sua vez, é a parte positiva da educação. Ela vai garantir à espécie humana o cumprimento de sua finalidade, que é chegar a um estado melhor no futuro. É preciso cuidar da disciplina e da instrução para que, se descuidadas, não permitam aos homens continuarem no estado de brutalidade e selvageria. Segundo Kant no homem a brutalidade requer polimento por causa de sua inclinação à liberdade, no animal bruto isso não é necessário por conta do seu instinto. O homem é naturalmente inclinado para a liberdade, caso se acostume a ela, tudo vai sacrificar para tê-la. É por essa razão que é precípuo que cedo o homem aprenda a disciplina. E também por essa razão a educação é tão importante. “O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz!” (KANT: 1999, 15). A educação é, então, entendida por Kant como sendo a atividade humanizadora do homem. Portanto, a perfeição da natureza humana é a finalidade que cada geração deve deixar como herança para as gerações futuras. A educação deve ser de tal maneira que possa proporcionar o aperfeiçoamento da humanidade. “É entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação (...). Isso abre perspectiva para uma futura felicidade da espécie humana” (KANT, 1999, p.16). Esse é o “belo sonho” posto pelo iluminismo kantiano. E não é porque não conseguimos realizá-lo que não podemos concebê-lo como uma ideia – síntese racional a priori, não tem necessidade de possuir correspondente na realidade. “Uma Ideia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência. (...). A Ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente” (KANT, 1999, p.17).

Uma boa educação é aquela que desenvolve em toda sua plenitude os germes que estão depositados no homem pela natureza. “Não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter a natureza as normas. No homem não há germes, senão para o bem” (KANT, 1999, p. 23). Assim cabe a educação desenvolver as sementes do bem. O processo educativo proposto serve exatamente para conduzir os homens a aquisição de habilidades que levem a esse fim.

Para ser possível atingir esse objetivo, cumpre ao homem ser disciplinado, ou seja, domar a selvageria; tornar-se culto, isto é, estar de posse de capacidade, de habilidades, adquirir cultura; ser prudente, que se acomode à sociedade humana, que seja capaz de dissimular a vontade primeira de se indispor com alguém, por exemplo; que seja civilizado, não se servindo dos outros homens apenas para os seus fins e, finalmente, que cuide da moralização, ou seja, que somente escolha fins autenticamente bons e universais.

É mister para a proposta kantiana conceber que o homem é um sujeito moral e a moralidade não pode estar dissociada da liberdade. Por isso, é urgente que as crianças aprendam a pensar, é “importante ensinar às crianças a odiar o vício por virtude, não pela simples razão de que Deus o proibiu, mas porque é desprezível por si mesmo!” (KANT: 1999, p.27).

É possível perceber que para Kant, em um primeiro momento é necessário educar para um comportamento passivo, obediente, controlado. Mas passada essa fase é preciso educar criando condições para a reflexão e liberdade, desde que submetidas a certas regras que devem ser racionais.

É preciso, então, dar liberdade à criança com a condição de não impedir a liberdade dos outros; mostrar que ela pode conseguir seus propósitos com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios e, é preciso provar que o constrangimento (oriundo da disciplina, sendo um passo para algo maior, não um fim em si mesmo), que deve ser imposto a elas, tem por finalidade ensinar a usar bem sua liberdade – que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, que possa dispensar os cuidados de outrem. Portanto, a liberdade é o fim, mas também o meio para o desenvolvimento do saber do sujeito moral.

É preciso habituar o educando a suportar que sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade. Sem essa condição, não haverá senão algo mecânico; e o homem terminada a sua educação, não saberá usar sua liberdade. É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade, para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente. (KANT: 1999, 33)

Na Educação, segundo o projeto pedagógico kantiano, tudo depende de que sejam estabelecidos bons princípios e estes sejam compreendidos e aceitos. O homem não é bom e nem mau por natureza, por isso, a sua moralidade é algo deliberado, fruto da autonomia. Torna-se moral, apenas, quando eleva a sua razão até aos conceitos do dever e da lei. A razão é a instância que impulsiona o homem em direção às virtudes.

A disciplina e a liberdade são, portanto, conceitos chaves no projeto pedagógico kantiano. A moralidade está pontuada entre esses dois conceitos e ao conduzir o homem a agir sob esse princípio se estará concretizando, em sua totalidade, a ideia de humanidade. O homem deixa de ser cruel, ambicioso e ávido por prazeres, para se dedicar ao ideal maior de construir a perfeição da natureza humana, em direção a um mundo melhor no futuro, para ele próprio enquanto indivíduo e participe de uma sociedade, mas sobretudo para todos aqueles que o sucederem.

O projeto pedagógico kantiano parece ser inspirador dos projetos pedagógicos das instituições militares até os dias atuais. A premissa de disciplina e liberdade são mesmo base para a educação militar. Liberdade sob esses termos: como fim e meio para o desenvolvimento do sujeito moral. Leis, regras, normas inscritas, princípios implícitos e explícitos fazem parte do ideário das escolas militares. Pois, é mesmo sob o pilar da disciplina e hierarquia que se constituem as Forças Armadas e nesse corolário a Polícia Militar¹.

A Polícia Militar é um dos órgãos do Estado responsáveis pela defesa do Estado e das instituições democráticas, junto com o corpo de bombeiros, a polícia civil e as polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal. Conforme a Carta Magna de 1988, em seu artigo 144, a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida por esses órgãos para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Entre esses órgãos apenas o corpo de bombeiros também se constitui militar, e também apenas ele junta-se a polícia como força do Exército. No militarismo, de modo semelhante ao que se propõe o projeto kantiano, criam-se leis e regras para o modo de educar, de ensinar, de instruir.

Na Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encontramos apenas um artigo que dispõe especificamente sobre o ensino militar. O artigo 83 dispõe que o ensino militar é regulado em lei específica, o que nos remonta ao que de fato ocorre: o ensino militar, a educação militar utiliza regras e procedimentos estipulados por critérios internos próprios.

Na formação militar cada instituição cria Leis que regem seus sistemas de ensino. Os planos anuais de ensino e demais regras são privadas a cada órgão. Busca-se, na medida do possível, aprovação do Ministério da Educação quanto ao reconhecimento das escolas militares e dos cursos profissionalizantes por elas ofertados.

No que diz respeito ao Sistema de Segurança Pública e conseqüentemente a Polícia Militar o que baliza as ações formativas a nível nacional é a Matriz Curricular Nacional para os profissionais em Segurança Pública – a verdadeira ‘LDB’ dos processos formativos policiais militares. É um referencial teórico-metodológico que orienta quais os princípios, qual o modo estrutural dos currículos, qual a distribuição da carga horária mais adequada, como regular a

¹ A Polícia Militar é considerada força auxiliar e reserva do Exército inscrita na Constituição Federal brasileira de 1988, artigo 144, portanto, há forte herança nos procedimentos policiais militares das regras apoiadas em critérios rígidos do Exército.

modalidade a distância, enfim, é o principal instrumento para os planejadores do ensino policial militar atualmente.

Como dito anteriormente a formação policial vem passando por um intenso processo de transformação. O ano 2000 representou um marco no que diz respeito a essas mudanças. Foi neste ano que o Ministério da Justiça, preocupado com o crescente índice de violência e criminalidade no Brasil, criou, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a então Base Curricular Nacional (2000). A intenção era unificar a base curricular dos cursos em segurança pública – não apenas os policiais militares, mas também os cursos de bombeiros militares, da defesa civil, polícia civil, guardas municipais e demais órgãos da segurança pública – respeitando as especificidades de cada um e de cada região do país conforme sua peculiaridade. Na Polícia Militar a repercussão da Base Curricular foi transformadora pois a orientação partia da intenção de que os conteúdos programáticos aproximassem o policial do cidadão, rompendo com a lógica que colocava a sociedade civil e os policiais como inimigos. Desde então, a formação policial militar passa por revisão e reorganização, de modo a introduzir dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais que recuperem valores democráticos, de cidadania e garantia dos direitos individuais. A Base Curricular Nacional está em constante adequação e sofre atualizações regulares. A última versão datada do ano 2014 permanece com os mesmos princípios, incluindo alguns ajustes nas sugestões dos programas das disciplinas que devem compor os currículos de formação em Segurança Pública.

Segundo Balestreri (1998), o agente de Segurança Pública é um cidadão qualificado: emblemática o Estado em seu contato mais imediato com a sociedade, entretanto, esse mesmo agente é antes de tudo um cidadão. Irmana-se, assim, a todos os membros da comunidade em direitos e deveres; tornando sua condição de cidadania, condição primeira, precípua.

Cidadania seria uma espécie de estado de espírito em que o cidadão fosse alguém dentro da sociedade, que estivesse em pleno gozo de sua autonomia, e esse gozo não fosse um gozo passivo, mas sim ativo, de plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade (...), um ator que usa seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público. No fundo, a cidadania poderia ser definida em forma sintética como o estado pleno de autonomia, quer dizer, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas. (OLIVEIRA: 1999)

O profissional de segurança pública visto como um cidadão qualificado deverá estar apto a quebrar o velho paradigma de que Direitos Humanos e Segurança Pública não andam *pari passu*. Ao contrário, o policial pela natural autoridade moral que porta tem o potencial de

ser o mais marcante promotor dos Direitos Humanos. Do policial contemporâneo se exigirá cada vez mais discernimento de valores éticos e condução rápida de processos de raciocínio na tomada de decisões.

Os Centros de Formação Policial Militar, como instituições de ensino profissional, são levados ao abandono da anterior abordagem tradicional de ensino que privilegiava a memorização de conteúdos cognitivos, da abordagem tecnicista. Com a Matriz Curricular implementada essas unidades de ensino passaram a adotar o conceito de competência que privilegia a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho eficiente e eficaz na resolução de problemas relativos à natureza do trabalho policial. Assim, os currículos dos cursos ofertados passaram a privilegiar o desenvolvimento de capacidades gerais, adquiridas progressivamente, e de competências específicas necessárias para responder aos desafios da função.

O plano de um currículo deve tomar em conta a adaptação dos estudos às necessidades da vida atual em sociedade; a escolha deve ser feita com o fito de melhorar a vida que levamos em comum, de modo que o futuro seja melhor que o passado. Além disso, deve-se planejar o currículo colocando-se em primeiro lugar as coisas essenciais e, em seguida, as que constituem requintes. Coisas essenciais são as socialmente mais fundamentais, (...) e secundárias são as que representam as necessidades de grupos especializados e trabalhos técnicos. Existe verdade no dizer-se que a educação deve primeiro ser humana e só depois profissional. (DEWEY: 1979)

O desafio passa a ser de ordem prática. Torna-se necessário desenvolver a capacidade para agir em diferentes situações, que exigem conhecimento em áreas diversas como sociologia, psicologia, direitos humanos, técnica policial, por exemplo, além de planejamento e estratégia, sempre alicerçados no princípio da autonomia. Esta deve ser desenvolvida em dois aspectos, a autonomia intelectual, para desenvolvermos conhecimento próprio que possam nortear o aprendizado e a prática profissional, e, autonomia de ação, justamente sabendo da impossibilidade de criar um manual que contenha todas as situações possíveis que o profissional encontrará no cotidiano policial, desenvolvendo a capacidade reflexiva para que o profissional possa agir nas mais diversas situações, inclusive, e principalmente, nas situações inéditas que compõe de modo ordinário o seu dia-a-dia.

A Matriz Curricular buscou solucionar antigos dilemas do aprendizado policial militar como o rigor na cobrança da hierarquia e da disciplina, na medida em que enfatiza no processo de aprendizagem o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais,

fazendo com que o profissional se conscientize da necessidade desses princípios para qualquer instituição.

É possível afirmar, nesse contexto, que a proposta da Matriz Curricular é dinâmica e ousada para área de Segurança Pública, principalmente para a Polícia Militar. Dinâmica na medida em que não é uma proposta acabada, mas permite o desenvolvimento curricular de acordo com a necessidade social emergente e abordagens que possibilitem identificar as mudanças nos tipos de criminalidade, além de promover o pensamento e as discussões para novas respostas. Ousada porque pretende permitir a superação da dicotomia entre o profissional responsável pela administração e planejamento e o profissional responsável pela execução. A aprendizagem tem o foco igualitário nas duas funções e na visão moderna de policiamento uma importância ainda maior ao responsável pela execução (BITTENER,2003). Pois, visualiza que é este profissional que vai ter o primeiro contato com o cidadão e com seus problemas. Sobremaneira, problemas diversificados que exigem conhecimento em várias áreas para dar respostas adequadas à sociedade, seguindo os princípios de policiamento voltado para resolução de problemas.

Dessa maneira ambiciona fazer com que o profissional de segurança pública se conscientize da relevância social da profissão seguindo os princípios da ordem hierárquica, da disciplina e da ética profissional.

Tais aspectos são reconhecidos pelo próprio Programa Nacional de Direitos Humanos – documento elaborado pelo Ministério da Justiça com vistas a abertura de novas perspectivas de transformação no modo como a sociedade brasileira enfrenta o seu cotidiano, em sua busca constante por justiça e por melhores condições de vida. O referido documento sugere que os Centros de Formação Policial estimulem o aperfeiçoamento dos critérios para a seleção e capacitação dos policiais e implantem programas de educação e formação em direitos humanos. Orienta, ainda, a inclusão nos currículos dos cursos de formação policial módulos específicos sobre direitos humanos, gênero e raça, gerenciamento de crises, técnicas de investigação, técnicas não-letais de intervenção policial e mediação de conflitos. Uma nova roupagem para o aprimoramento técnico profissional dos agentes de Segurança Pública, incluindo os militares que dela fazem parte.

Dessa maneira ratifica-se a importância das Unidades de Ensino Policial. Os CFAP's tornam-se então umas das principais bases para a construção de uma Polícia Cidadã, seja através de suas intervenções junto aos policiais ingressantes, seja na qualificação daqueles que se encontram há mais tempo na ativa. Um currículo bem estruturado e instrutores habilitados não

apenas nos conhecimentos técnicos, mas também nas artes didáticas e no relacionamento interpessoal, são fundamentais para a geração de policiais militares que atuem com base na lei e na ordem hierárquica, mas também na autonomia moral e intelectual.

2.2. A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM SERGIPE

Na atual face da Polícia Militar disciplina para a liberdade de ação policial é estritamente necessária como aprendizado para esses profissionais. Uma concepção de educação que perpassasse visões de humanização do policial para a sociedade é urgente. Não se concebe mais um perfil policial reativo que com truculência subordine o outro aos seus equívocos. Esse perfil policial é relativamente novo e carece do entendimento do princípio de que o policial é um homem cuja autonomia, alcançada por meio de uma educação que prima pela moralização o “formatou”.

Para alcançar o currículo bem estruturado, o instrutor plenamente qualificado, práticas educativas que consigam transformar o mero policial em policial cidadão, a avaliação que mesure corretamente essas transformações, deve-se ter em mente uma concepção de educação diferenciada. Os tempos e os campos da educação devem ser repensados, completando-se e interpenetrando-se, de modo que, cada educando, ao longo de sua vida, possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo em constante transformação.

Essa educação ao longo da vida está fundamentada em quatro pilares, conforme preceitua Delors (1998): aprender a conhecer, que significa ser capaz de aprender ao longo de toda a vida; aprender a fazer, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional; aprender a viver com os outros, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e da percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo a sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca de paz; aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três

precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS: 1999, 90)

Esses quatro pilares constituem o todo de uma unidade complexa. E o todo não se reduz a mera soma dos elementos que constituem as partes. É mais do que isso, pois cada parte apresenta sua especificidade e, em contato com as outras, modificam-se as partes e também o todo.

Os pilares trazem a proposta de uma educação pluridimensional, que trabalha as quatro dimensões do conhecimento de modo interdependente. Como o faz a Matriz Curricular Nacional – documento balizador das ações formativas do CFAP.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe segue as orientações, as diretrizes da Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Como instituição de formação policial militar estabelece o foco no processo de aprendizagem, não apenas nos atores sociais envolvidos; ocupa-se com a construção de redes do conhecimento que promovam a integração, a cooperação e a articulação entre diferentes instituições, a exemplo dos convênios estabelecidos com a polícia civil e a guarda municipal, em que cada instituição oferece apoio de toda ordem uma a outra em seus cursos de aprimoramento profissional; atua nas diversas modalidades de ensino, tanto presencial quanto a distância como citado fazendo uso da Rede Nacional de ensino a distância da SENASP; utiliza dos diferentes tipos de aprendizagem e recursos; promove o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais; prima pela autonomia intelectual; promove a reflexão antes, durante e após as ações formativas.

Em Sergipe temos uma formação policial militar seguidora do Plano Nacional. Subordina-se a Matriz Curricular Nacional nos seus princípios e no que diz respeito as especificidades regionais ela subordina-se as determinações da PM/3. A Terceira Seção ou PM/3 é o setor responsável pelo planejamento do ensino policial vinculado ao Comando Geral. Desse setor emanam-se as ordens sobre como deve ser a formação policial do estado de Sergipe. Não há um documento ou Lei específica para o nosso estado. O que existe é uma Portaria Interna que regula as atividades formativas do quartel-escola. Nela estão os princípios, objetivos, missão e estrutura da Unidade de Ensino policial de Sergipe: o CFAP.

2.3. O CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS – A ESCOLA DA POLICIA MILITAR EM SERGIPE

“A educação é o lugar da transmissão das tradições”
(AZEVEDO in TOLEDO, 1995, 64).

Dito isso, cabe tratarmos de uma instituição que atua para que os indivíduos incorporem essas tradições, essa cultura: a escola. Desde seu surgimento é o local onde vai se processar as práticas de ensinar e aprender. Essa instituição tem uma finalidade clara: predeterminar condutas para os indivíduos, formando homens para a vida coletiva. A escola é então uma instituição que se tornou socialmente necessária.

Por meio dessa instituição o Estado implementa o que deveriam ser os princípios formadores de uma dada sociedade pautados nos valores morais, éticos e legais de modo a formar cidadãos aptos a vida social. Ainda assim, a escola goza de relativa autonomia, visto que

A escola tem sido cada vez mais reconhecida como um espaço de contradição, capaz de produzir práticas singulares valendo-se da experiência dos seus agentes, o que não infirma a tese de possíveis transposições mecânicas para seu interior. (OLIVEIRA: 2003, 52)

Desde seu surgimento tem um caráter técnico do ponto de vista de suas finalidades. Está relacionada ao objetivo de preparar os homens para a vida, de oferecer formações especializadas aos indivíduos, de preparar as pessoas para estarem capazes de atender aos interesses da sociedade.

Destarte, no Brasil a escola brasileira recebeu contribuições de diversos grupos. Foram padres jesuíticos os primeiros a empreender projetos sobre a educação no Brasil, em seguida o Marquês de Pombal que a serviço da coroa portuguesa implementou diversas modificações nos processos educacionais brasileiros, em momento ulterior os médicos destacaram-se com os ideais higienistas no período da Escola Nova. Mas outro agente político agindo via Estado também imprimiu diversas contribuições na Educação brasileira para atingir seus objetivos: os militares.

Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira* (1963) cita as duas primeiras escolas militares do Brasil: a Academia de Marinha e a Academia Real Militar, ambas com o propósito de formar militares para prover a defesa da Colônia. O próprio Azevedo responsabiliza o surgimento do ensino médico no Brasil a essas instituições. No início do século XX, com a posse do presidente Getúlio Vargas, os militares puderam oferecer outras contribuições a

Educação brasileira, pois “a partir de 1935 de problema nacional a educação passará a ser considerada como ‘problema de segurança nacional’” (HORTA,1994, p.2). Os militares passam então a interferir diretamente nas políticas educacionais do país. Incursionaram nas escolas por meio da Educação Física, da formação moral e cívica, enfim, a escola torna-se um espaço privilegiado de atuação dos militares. “O Brasil chegou a uma fase no seu desenvolvimento histórico em que a política e técnica educativas devem estar em perfeita sintonia com a política e a técnica militares” (HORTA, 1994, p.48). Salvaguardada as questões do tempo, do período histórico, na segunda metade do século XX no Brasil o cenário de atuação dos militares já não era tão ampliado assim. Mas continuava a preocupação com a formação, com a transmissão de princípios e técnicas, com a educação. Nesse momento tal preocupação estaria restrita aos seus próprios espaços de ensinar e aprender – as suas escolas.

O Centro De Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP é um quartel militar, mas é também uma unidade de ensino. Instituição comum a todas as Polícias Militares existentes em cada Estado brasileiro. Pode funcionar como parte das Academias de Polícia Militar ou como unidade de ensino isolada quando da inexistência da Academia no estado federativo.

Quadro 1 – Quantidade de unidades de ensino existentes nas Polícias Militares, por Unidade da Federação, 2011.

Unidade da Federação	Unidade de Ensino
Acre	0
Alagoas	3
Amazonas	7
Amapá	1
Bahia	6
Ceará	1
Distrito Federal	4
Espírito Santos	1
Goiás	2
Maranhão	2
Minas Gerais	22
Mato Grosso do Sul	1
Mato Grosso	3
Pará	2

Paraíba	9
Pernambuco	0
Piauí	3
Paraná	3
Rio de Janeiro	5
Rio Grande do Norte	2
Rondônia	1
Roráima	2
Rio Grande do Sul	6
Santa Catarina	3
Sergipe	1
São Paulo	6
Tocantins	1

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública – Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, 2013.

Tem a especificidade de funcionar com a atribuição de ser o espaço destinado a formação e aperfeiçoamento dos policiais. Denominado como “quartel-escola” funciona com rotinas e práticas escolares bem definidas. É o espaço de transmissão de saberes dos policiais. Precedido pelas Academias Militares diferencia-se por formar apenas os Praças – parte do efetivo de nível hierárquico distinto dos oficiais: os soldados, cabos, sargentos e subtenentes. No Estado de Sergipe não há Academia Policial Militar – espaço destinado a preparar civis em oficiais militares. Aqueles que pretenderam ou pretendem tornar-se oficiais devem se submeter a seleção para o CFO (Curso de Formação de Oficiais) em outros Estados da Federação, do mesmo modo quando necessitam cursar especializações para avançar na carreira profissional.

Em Sergipe, a preocupação com a formação dos policiais passou a ocorrer com o advento da Ditadura Militar, conforme arquivos de Boletins Gerais Ostensivos² situados na secretaria do CFAP. O CFAP da Polícia Militar do Estado de Sergipe foi fundado por intermédio da Lei Estadual nº 2.234 de 10 de novembro de 1979, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe nº 18.537 de 11 de dezembro de 1979. O Governador do Estado à época

² Boletim Geral Ostensivo é uma publicação oficial que diariamente é publicado para toda a tropa e tem validade oficial, visto que através dele o Comandante se comunica com todo o efetivo, deliberando regras, elogios e punições.

de sua fundação era Augusto do Prado Franco tendo como Secretário de Segurança Pública Antônio Souza Ramos e como Comandante Geral da PMSE o Coronel João de Albuquerque Feijó.

Desde sua fundação o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP é subordinado ao órgão interno da Polícia Militar denominado 3ª Seção do Estado Maior. Bem como já era no Império quando do surgimento das Forças Armadas, o Estado Maior é o órgão de direção responsável perante o Comandante Geral pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades de uma Corporação Militar. A 3ª Seção cabe especificamente as atividades de instrução e ensino – é o planejador dos procedimentos educacionais implementados na Polícia, bem como acontece no Exército. O CFAP é o executor desse planejamento; é a escola – o local onde vai se processar as práticas de ensinar e aprender dos policiais.

A primeira turma formada no CFAP deu início ao curso em 10 de dezembro de 1979, com um efetivo de 44 alunos e, no dia 07 de março de 1980, 37 alunos conseguiram concluir o Curso de Formação de Soldados (CFSD), conforme Livro Ata dos Cursos de Formação de Soldado disponível em sua Secretaria. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças oferece o CFSd (Curso de Formação de Soldados), CFC (Curso de Formação de Cabos), CFS (Curso de Formação de Sargentos), CAS (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos) e CHOA (Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos) oficialmente, mas também oferece cursos de aperfeiçoamento profissional diversos a depender da demanda da Instituição e de seu comandante. Da sua fundação até o ano de 2014 ofereceu cerca de 18 turmas de CFSd – esse é o curso mais significativo no âmbito do Centro, tanto pelo número de alunos formados, quanto pelo interesse dos Governadores Estaduais em determinar o perfil dos policiais que atuarão no Estado – são nessas turmas que se transformam civis em militares e é o Estado, por meio da determinação do currículo que decide o perfil profissional que deverá ser constituído.

Em 2014 ocorreu o último concurso público para ingresso de soldados à corporação. O primeiro concurso aconteceu em 1988 com a promulgação da Constituição, antes disso o indivíduo era apenas nomeado pelo Estado para assumir a vaga na Corporação. Destaca-se a turma de 1993 por ser a primeira que contou com o ingresso de mulheres na Corporação, elas não assistiam aulas com os homens. A partir de então ficou reservada a cota de 10% do total de vagas ofertadas nos concursos. Algumas exigências são feitas para o ingresso tanto para os homens, quanto para as mulheres: altura, peso, condição física, escolaridade, perfil psicológico, entre outras atribuições. Os Cursos oferecidos pelo CFAP têm a duração média de 01 (um) ano.

Seu primeiro Comandante recebia a denominação de Diretor e foi a pessoa do então Capitão Vivaldo José dos Santos. Essa denominação somente foi alterada no ano de 1983, quando foi instituído pelo Boletim Interno (BI)³ a função de Comandante do CFAP ocupada pela primeira vez pelo então Major João Batista de Carvalho, conforme consta na publicação do Boletim Interno nº 032 de 17 de fevereiro de 1983 em sua página 313.

O primeiro Regimento Interno do CFAP foi instituído em 1º de maio de 1997, pelo então Tenente Coronel Jairton Oliveira Santos.

Suas instalações funcionam no prédio localizado à rua Argentina, s/nº, bairro América, capital de Sergipe desde sua fundação. Conta com sete salas de aula com capacidade média de 50 alunos por sala, quadra poliesportiva, auditório para 60 pessoas, laboratório de informática, biblioteca, academia, sala para banda de música, alojamentos, coordenação pedagógica (nomeada de Divisão de Ensino), secretaria (Corpo de Alunos), arquivo, reserva de armamentos e salas administrativas onde funcionam setores responsáveis por outras atividades. Tem estrutura semelhante a qualquer outro espaço escolar. No entanto, como quartel conta com um hall de entrada que está cotidianamente ocupado por sentinelas – policiais armados que fazem a segurança do prédio.



Figura 01 – Hall de entrada do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças de Sergipe.
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2013.

³ Boletim Interno é uma alusão ao BGO. Ele é um documento interno relativo às ordens emanadas pelo Diretor do CFAP, nesse caso. Mas cada unidade da Corporação tem seu próprio B.I.

Sendo o CFAP um espaço de formação militar, seu funcionamento é regido por normas, assim como qualquer outra instituição escolar. Segundo Michel Foucault (1987), o surgimento das escolas – assim como as prisões, as fábricas e os manicômios – faz parte de um contexto macro no qual o que ele chama de ‘sociedades disciplinares’ organizam grandes meios de confinamento, sujeitando o indivíduo à disciplina, através da vigilância como instrumento de controle. A disposição física, a organização hierárquica e a vigilância constante são instrumentos de controle presentes em todas essas instituições. Seguindo essa mesma direção, Dominique Julia (2001, p.12) afirma que “a história das instituições educativas não difere fundamentalmente das outras histórias das instituições (quer se trate de instituições militares, judiciais, etc.)”.

A grande diferença entre as escolas comuns e as instituições de formação militar reside no fato de que nesse último espaço existem inúmeras regras de conduta e rituais que visam – implícita e explicitamente – forjar uma identidade militar, fazendo com que o aluno, desde o primeiro momento de sua formação, abandone sua condição de sujeito civil e passe a se reconhecer como policial militar. Por isso, os ritos de passagem – como os trotes, as marchas e as jornadas de instrução militar (JIM) – que são treinamentos de sobrevivência, geralmente praticados fora da cidade, num ambiente de mata – e a reprodução desses rituais assumem um caráter significativo na formação militar (ALBUQUERQUE, 2001).

Os professores (chamados de instrutores) constituem um corpo flexível de profissionais visto que não está reservada a eles exclusivamente a função de ensinar, pois exercem cotidianamente suas atividades policiais, sendo convocados para a instrução no momento em que os cursos são operacionalizados. Contam com os monitores e assim desempenham suas funções de professor.

O oficial é hoje em dia, antes de tudo, um educador. Talvez jamais se bata em toda a sua vida, mas, durante toda a carreira, viverá as voltas com a instrução, a educação da tropa. Faz-se mister, pois, dar-lhe todos os elementos preciosos ao bom andamento da função de homem que ensina. Não basta dizer-lhe o que deve ensinar, mas também como deve ensinar. (SOMBRA In HORTA: 1994)

O currículo de toda escola é razão de Estado. No CFAP não é diferente. De sua fundação até o ano 2000 era pensado apenas pela equipe de planejamento da própria Corporação através das expectativas do Governo Estadual. A partir de 2000 o currículo dessa Unidade de Ensino é desenhado pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública em parceria com os Governos Estaduais. Ainda pode sofrer algumas variações de acordo com o

público que se quer formar, com as diretrizes políticas do comando da corporação e do governo do Estado, mas terá uma base comum. Desde o surgimento da Matriz Curricular Nacional para profissionais de Segurança Pública em 2000, documento emitido pela SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública, foi estabelecido um currículo de base comum para todos os Estados da Federação. O Estado assegurou que em qualquer parte da Federação a educação militar atenderia aos seus objetivos.

Como “quartel-escola” tem o objetivo comum de transmitir tradições, cultura. Mas nesse caso específico uma cultura particular: a cultura militar. Tal cultura é reproduzida nas escolas de formação policial militar, de bombeiros militares e forças armadas.

O conceito de cultura possui atualmente várias acepções, sendo evocado por inúmeras áreas, como a sociologia, antropologia, história, administração, saúde, dentre outras. O termo cultura, de origem latina, significa cultivar, habitar, proteger, honrar; daí o uso frequente para designar o cuidado com animais e plantações para colheita, desde o século XVI (CHAUÍ, 2008). Segundo Felgueiras (2010, p.18), na tradição francesa, o termo está ligado “ao mundo das ideias, ao imaterial expresso em formas e criações muito específicas e de grande beleza e perfeição.” Já no século XVII, com as influências do iluminismo, surge o conceito de cultura como sinônimo de civilização.

De acordo com a autora,

Com este, procurava-se dar conta das realizações técnicas, do Progresso, da riqueza material, que incorpora as ideias mas lhe dá uma tradução concreta, objectivada e observável em técnicas, modos de vida, níveis de consumo, realizações de todo o tipo. O conceito permitia a mensuralidade, a distinção entre sociedades e, no seio desta, entre os diferentes grupos que a compõe. Aplicava-se mas às sociedades “primitivas”, cujo desenvolvimento não incluía a noção de um aparato tecnológico elaborado. Daí o surgir da noção de cultura material, termo cunhado por arqueólogos, pré-historiadores e mais historiadores da Nova História, que a definem como “conjunto de resultados materiais, fruto de acções distintas inspiradas por uma mesma tradição” (FELGUEIRAS, 2012, p.18-19).

Atualmente, o conceito de cultura tem sido amplamente utilizado para designar a soma de saberes acumulados ao longo da história, que deu origem ao sentido usado para referir-se a indivíduos detentores do saber formal, ou ainda, como manifestações artísticas, sociais e comportamentais de uma povo (CANEDO, 2009). Mas foi com a contribuição antropológica que o conceito de cultura passou a ter uma acepção mais ampla, englobando “todo o complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras

capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TYLOR apud FELGUEIRAS). A partir dessa concepção, o termo cultura passou a ser aplicado a tudo. Por isso, hoje assistimos ao vasto uso de termos como cultura popular, cultura empresarial, cultura política, cultura escolar... (FELGUEIRAS, 2010). Tomando como base esse entendimento de cultura em sua amplitude, ousamos incluir a “cultura policial-militar”, já que não foi possível encontrar um conceito que desse conta de defini-la.

Considerando o CFAP como um espaço escolar, tomemos de empréstimo o pensamento de Dominique Julia (2001, p.10), segundo o qual a cultura escolar pode ser entendida como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.” Para o autor, normas e práticas devem ser analisadas levando-se em conta os profissionais que são chamados a obedecer essas ordens.

Nesse sentido, a reprodução dos rituais da rotina diária do CFAP, inculca nos alunos valores e comportamentos que cumprem a função de transformá-los em policiais militares, não apenas policiais. Esse modo peculiar de regular a rotina do CFAP faz parte dos valores culturais de uma corporação que define como pilares a hierarquia e a disciplina. De acordo com Alves (2002, p. 143), “a disciplina é considerada um componente básico da atividade militar em qualquer tempo e lugar”. Essa é uma filosofia herdada das forças armadas. Segundo a autora, a manutenção da disciplina garante que uma corporação que possui o poder de morte não se volte contra si mesmo – entenda-se, contra seus pares, subordinados e superiores – ou ainda, que seus integrantes não recuem diante dos perigos enfrentados durante os embates.

No entanto, a presença da disciplina como reguladora de condutas não é exclusividade das forças policiais-militares, nem das suas escolas de formação. Ao contrário, ela está presente em todo e qualquer setor da sociedade civil, desde a origem da vida humana em sociedade. Com maior ou menor intensidade, como por exemplo no período jesuítico, em que a disciplina para o aprendizado dos índios era tal que se imprimiam castigos físicos e os padres eram chamados de ‘soldados de Cristo’. A disciplina é necessária à vida humana e esteve presente em diferentes processos educacionais, além dos jesuitas e dos militares. Entretanto, não se pode negar que esse é um componente marcante principalmente nas instituições militarizadas, até mesmo por estar definida em seus regulamentos como elemento basilar da corporação. A cultura policial militar é assim transmitida: por meio de práticas escolares que primam pela hierarquia e disciplina.

A maior parte dos rituais que compõem a rotina no CFAP é bem semelhante ao da maioria das escolas de formação militar brasileiras. Todas as escolas desse tipo têm uma rotina regulada por normas de ação e por procedimentos disciplinares rigorosos.

Na chegada dos alunos, todos os dias, há uma formação em linha e em coluna com práticas de movimentos de ordem unida.



Figura 02 – Alunos em forma para início das atividades escolares.
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2005.

A ordem unida é um método de padronização de movimentos, utilizado tanto para realização de deslocamentos de tropas em embates como para tornar deslumbrantes as cerimônias e solenidades militares. Os movimentos podem ser realizados individualmente, como no caso das continências que são utilizadas no cumprimento de um militar para com o outro, ou em conjunto de forma sincronizada em formaturas, solenidades etc. A perfeita execução de tais movimentos só é alcançada após exaustivos treinamentos. Além de ser um componente curricular, a ordem unida é praticada diariamente antes e após as aulas e em qualquer deslocamento da turma, denominada pelotão. Para se atingir tal perfeição é imprescindível a atividade física. Essa atividade é tão importante para o CFAP, que desde o seu surgimento é previsto um departamento apenas para tratar da educação física militar. Considerando-a como um elemento primordial, pois “para os militares a Educação Física tem

um caráter utilitário na consolidação de um determinado modelo de comportamento social”. (OLIVEIRA, 2003, 185).

A ordem unida também constitui a rotina do CFAP. Como componente curricular ela é exclusiva dos alunos, mas como método de padronização de movimentos ela é comum a todos os policiais dentro e fora do CFAP. As pedagogas que são também policiais, principais sujeitos dessa pesquisa também estão incluídas nas rotinas do CFAP. Elas, assim como todos os outros membros do quartel-escola precisam, por exemplo, pedir permissão para entrar e sair dos recintos, tomar a posição de sentido quando do hasteamento da bandeira nacional ou toque de corneta anunciando a chegada do comandante à unidade, prestar o sinal de continência quando do cruzamento nos corredores com seus pares, subordinados ou superiores. De acordo com o manual de ordem unida do Exército Brasileiro (C 22-5), são objetivos da ordem unida:

a) proporcionar aos homens e às unidades, os meios de se apresentarem e se deslocarem em perfeita ordem, em todas as circunstâncias estranhas ao combate; b) desenvolver o sentimento de coesão e os reflexos de obediência que são fatores preponderantes na formação do soldado; c) constituir uma verdadeira escola de disciplina; d) treinar oficiais e graduados no comando da tropa; e) permitir, conseqüentemente, que a tropa apareça em público, quer nas paradas, quer nos simples deslocamentos de serviço, com aspecto enérgico e marcial; f) demonstrar que as atitudes individuais devem subordinar-se à missão do conjunto e às tarefas do grupo. (MANUAL DE ORDEM UNIDA DO EXÉRCITO BRASILEIRO)

A própria junção das palavras “ordem” e “unida” traz a ideia de uniformidade, de organização. A ordem unida é uma atividade mecânica que leva em consideração a perfeita execução dos movimentos, o que revela o adestramento do corpo, a rapidez do reflexo, o garbo e a obediência imediata às ordens. Mas também possui uma dimensão pedagógica, ao criar o chamado “espírito de corpo”, por meio de estímulo ao sentimento de pertencimento ao grupo. A partir desse momento, o militar inserido num pelotão formado deixa de agir individualmente e passa agir de forma coordenada. Alguns benefícios, como melhoria do condicionamento físico, da atenção e da coordenação motora, são registrados inclusive por aqueles que questionam a formação militarizada a que são submetidos os integrantes das forças policiais brasileiras. Além disso, o impacto causado pelo espetáculo visual é algo que admira os expectadores.

No contexto policial-militar, a ordem unida se constitui num eficiente instrumento de coerção que cumpre a finalidade do disciplinamento. Segundo Foucault, a elegância da disciplina dispensa a relação custosa e violenta de dominação dos corpos, como acontecia na

escravidão, por exemplo, em que o controle era feito com o contato corpo-a-corpo através dos castigos físicos. Em suas palavras, “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1987, p.119).

Além disso, faz parte de rituais que constituem a identidade policial-militar. Essa identidade foi, ao longo do tempo, sendo construída através da incorporação de valores trazidos da filosofia de prontidão para a guerra do Exército, de onde se originou as polícias militares brasileiras.

Existem debates acerca da necessidade de se ofertar uma formação militarizada aos policiais. Entretanto, essa discussão está longe de alcançar um consenso. Por isso, no Brasil, a formação militarizada das polícias continua sendo predominante, mesmo com as constantes atualizações das orientações da SENASP.

Diariamente, ou semanalmente (dependendo da duração do curso), um líder de turma denominado ‘xerife’ é responsável por fazer a chamada, anotando as alterações (se alguém faltou, chegou atrasado, está com o uniforme fora do padrão adotado, vai precisar de atendimento médico etc.) para repassá-las ao comandante do pelotão através de uma apresentação formal⁴. Nesse momento, os comandantes dos pelotões e do corpo de alunos passarão algumas orientações, recomendações ou avisos que julgarem necessários para o bom funcionamento da rotina escolar. Depois, em fila, todos se dirigem para a sala de aula, onde aguardarão o instrutor (denominação dada ao professor, seja ele militar ou civil).

Na saída, o procedimento é o mesmo, sendo incluída a leitura do Boletim Geral Ostensivo (BGO) ou Boletim Interno (BI), onde constam, instruções, determinações, elogios e punições aos alunos. A leitura dos elogios e punições em público cumprem o propósito de servirem como exemplo encorajando os atos louváveis e repreendendo as condutas inadequadas.

Isso acontece religiosamente todos os dias, enquanto durarem as atividades escolares, mesmo em instruções que acontecem fora dos espaços dos quartéis. As atitudes são tão bem incorporadas que qualquer ambiente torna-se um espaço militar, não importando se isso possa causar estranheza a espectadores alheios a este universo.

Além disso, é preciso pedir permissão ao superior, responsável pela turma ou instrutor para fazer qualquer coisa, desde ir ao banheiro até entrar e sair dos ambientes. Qualquer atitude

⁴ Conforme descreve o regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (Decreto n. 2.243, de 3 de Junho de 1997). A PMSE não possui referência própria, utilizando-se de regulamentos do Exército.

está condicionada à permissão da autoridade competente, ou seja, a maior autoridade presente. Em torno disso há uma padronização de procedimentos constantes nos regimentos internos e regulamentos organizacionais. Isso garante a manutenção da disciplina e reforça o respeito à hierarquia.

Outro elemento importante dessa rotina escolar é o QTS – Quadro de Trabalho Semanal. Confeccionado pela Divisão de Ensino se assemelha ao plano de aula das escolas convencionais. Nele estão inscritas as disciplinas, seus horários e instrutores correspondentes. O ementário é confeccionado pelo corpo docente em conjunto com os especialistas em educação que são consultores técnicos pertencentes ao mesmo setor: Divisão de Ensino, estamos falando das pedagogas policiais. No final de cada curso acontecem as formaturas militares, que são momentos de culminância de todo o rito apreendido.

Todo esse ritual compõe os valores culturais das organizações militarizadas, cuja hierarquia e disciplina aparecem como pilares da corporação. Assim, o exercício da ordem unida torna-se fundamental para assegurar a reprodução da “cultura policial-militar”, sobretudo durante o período de formação, durante o período do aluno na escola, nesse caso, no quartel-escola.

Mesmo diferenciando-se em seu caráter militar o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar de Sergipe é um espaço de aprender e ensinar, é uma escola. Dependente de políticas educacionais planejadas pelo Estado diferencia-se apenas pelos princípios de hierarquia e disciplina que claramente segue.

A Educação policial militar em Sergipe, é então, dessa maneira disposta. Pensada dentro de um contexto nacional, regulada por leis próprias, possui lógicas internas muito peculiares de funcionamento, e para auxiliar tecnicamente as práticas e processos educativos conta há cerca de 09 (nove) anos com uma equipe especializada de policiais que também são profissionais da pedagogia.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

A investigação que realizamos se caracteriza como uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2010) as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema. Para tanto, fez-se necessário estudar os sujeitos nos seus ambientes naturais e envolver-se em um estudo que prime pela compreensão e interpretação dos fenômenos educativos mediante imersão na cultura local, isto é, na cultura a que estão submetidos. Assim, adotamos uma abordagem qualitativa para melhor alcançar os objetivos propostos.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON: 1985, p 39)

A autora desse trabalho é policial e desempenha suas funções profissionais como pedagoga no referido quartel escola há cerca de 09 (nove) anos. Então, a observação do contexto, em suas minúcias, constitui-se uma importante ferramenta de pesquisa antes, durante e depois da coleta de dados. Pois, das observações diárias surgem dados empíricos que contribuem para uma compreensão mais cuidadosa dos dados produzidos.

Considerando que a pesquisa buscou analisar a atuação de pedagogos em um ambiente militar específico aquele do quartel escola de Sergipe, indicamos, de modo detalhado, nos itens a seguir, a delimitação do campo de investigação, os sujeitos centrais do estudo e os instrumentos selecionados.

3.1 CAMPO DE PESQUISA

A Polícia Militar de Sergipe está estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução. Os órgãos de direção realizam o comando e a administração da corporação. Os órgãos de apoio atendem as necessidades de pessoal e de material de toda a instituição. Já os órgãos de execução realizam as chamadas atividades fins da corporação. Segundo a Lei 3669/95 que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar de Sergipe o CFAP se constitui como

órgão de apoio do Comando Geral pois atende as necessidades de pessoal de toda a corporação e por conseguinte realiza a chamada atividade meio⁵.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP é o estabelecimento de ensino da corporação, local onde estão lotados os sujeitos dessa pesquisa, é então o *locus* da investigação. Ele é destinado a formação, aperfeiçoamento, habilitação e especialização dos praças policiais militares. Subordina-se a 3ª Seção que é o ‘braço’ do comando geral para os assuntos do desenvolvimento de pessoal, isto é, assuntos relativos a instrução, ensino e operações. Tem o objetivo de proporcionar preparo do policial militar por meio da atualização e ampliação de conhecimentos técnicos profissionais àqueles que já fazem parte da corporação e aos que ingressam tem o objetivo de assegurar formação técnico humanística, habilitando-os para o exercício das diversas funções.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar, conforme Decreto nº 16.061, de 12/09/1996, tem a seguinte estrutura orgânica:

I – Comando, com as funções de Comandante, subcomandante, secretário e o Conselho de Ensino. Dentre variadas atribuições destaca-se orientar, coordenar e controlar todas as atividades administrativas e/ou pedagógicas do estabelecimento;

II - Divisão de Ensino (D.E.), com as funções de chefe da DE, Seção Técnica de Ensino (STE) e auxiliares, Seção Auxiliar de Ensino e auxiliares, Seção de Educação Física. A Divisão de Ensino é o órgão destinado a assessorar o Comandante do CFAP no planejamento geral, na coordenação e no controle do ensino e da aprendizagem, assim como na seleção e na orientação educacional ou profissional dos alunos e ainda responsável direta pela assistência aos instrutores das diversas disciplinas. A Divisão de Ensino é responsável pela reunião de matérias de ensino correlacionadas entre si e que integram o currículo de determinado Curso. É nessa Divisão que atuam os sujeitos dessa pesquisa: policiais pedagogas responsáveis pelo desenho desses currículos, dentre outras funções que dizem respeito ao ensino e a consultoria técnico - pedagógica.

III – Corpo de Alunos (C.A.), com as funções de chefe do CA, comandantes de pelotão e monitores. O Corpo de Alunos é o órgão de assessoramento do Chefe da Divisão de Ensino nas atividades referentes as questões do ensino no CFAP. Entre as principais atividades destaca-se o controle do mapa de efetivo dos alunos, assistência a eles no que diz respeito a alimentação,

⁵ Nas Policias Militares a atividade meio diz respeito aos serviços burocráticos da administração policial militar. Diferente da atividade fim que diz respeito aos procedimentos operados no policiamento de rua, no contato direto com a população.

acomodação, atendimento médico e transporte quando necessário. Coordena, supervisiona e fiscaliza o emprego de alunos em estágios e demais serviços da corporação. É o setor responsável pelas inspeções de toda ordem dos alunos, como por exemplo, o corte de cabelo, a imagem pessoal, a padronização dos uniformes, o garbo de cada aluno. Também planeja, coordena e realiza as solenidades de formatura referentes aos cursos executados.

IV - Divisão Administrativa (D.A.), com as funções de Chefe da DA, Tesouraria (Tes), Almoxarifado (Almox), Aprovisionadoria (Aprov), Serviços Gerais (Sv G), Material Bélico (MB); Formação Sanitária (FS). A Divisão Administrativa é órgão de assessoramento ao comandante na superintendência, coordenação e controle do serviço administrativo. É o órgão que faz o quartel funcionar, que providencia e gerencia os recursos materiais necessários para o bom andamento da unidade de ensino policial militar de Sergipe.

VII – Pelotão de Comando e Serviços (PCSV) é onde está o chefe que responderá pelo controle do efetivo do pessoal. É quem planeja, coordena e controla o empenho do efetivo do CFAP nas variadas escalas de serviço ordinárias e extraordinárias.

Essa é a estrutura orgânica do CFAP. Assim estão distribuídas as partes dessa unidade de ensino. Como o processo de ensino não está restrito a Divisão de Ensino, ele compete a toda a unidade, a observação constante dos hábitos de cada setor se fizeram presentes. Entretanto, o protagonismo da D.E. é inevitável em virtude de ser o espaço por excelência das questões puramente pedagógicas do Centro de Ensino, além de ser a instância onde as pedagogas policiais diariamente executam suas tarefas.

3.2. SUJEITOS DA PESQUISA

Os principais sujeitos da pesquisa são pedagogos policiais da PMSE que desempenham suas atividades no CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças de Sergipe. São quatro policiais femininas com formação em Pedagogia que compõem a equipe da Divisão de Ensino. Entre elas estão uma tenente (oficial) e três soldados (praças)⁶. Nesse universo foram selecionadas duas pedagogas policiais – uma por ter a maior patente, ou seja, possui maior grau na escala hierárquica, e a outra por estar desempenhando a função há mais tempo.

O critério de escolha para participar da pesquisa está baseado na formação em Pedagogia obtida fora da Polícia Militar, mas que é utilizada dentro dela por essas profissionais que são

⁶ Oficiais são os policiais responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades policiais militares. Praças são considerados os executores das tarefas ordenadas pelos oficiais.

policiais e atuam no Centro; também foi observada a patente para que pudéssemos verificar e analisar as relações entre graduação e atuação dentro da mesma função, considerando a possibilidade de visões distintas conforme os limites oferecidos pela instituição para diferentes patentes.

Além dos sujeitos centrais acima indicados foi necessário a inclusão de um outro participante na busca de elaborar uma leitura mais ampliada da atuação dessas profissionais a partir da visão institucional. Assim, identificamos o chefe da Divisão de Ensino (que não possui formação superior em Pedagogia e ocupa a patente de Capitão) como o representante hierarquicamente superior melhor habilitado para relatar sobre o trabalho desempenhado pelos sujeitos centrais: pedagogas. O chefe da Divisão de Ensino por ter contato direto com as pedagogas policiais melhor pode descrever *in loco* os impactos e as dificuldades dessa atuação a partir da visão de quem as chefia. É ele quem recebe a assessoria direta delas, bem como as avalia solicitando alterações no seu desempenho quando necessário.

O comandante do CFAP embora seja hierarquicamente superior ao chefe da Divisão de Ensino não tem contato cotidiano direto com as pedagogas policiais em sua atuação cotidiana, pois ocupa-se da gestão da unidade de ensino como um todo. Assim, fica a cargo do chefe da D.E. prestar assessoria pedagógica ao comandante após ter se reunido com suas subordinadas nos casos em que o comandante solicita dele consultoria pedagógica, de modo a respeitar as escalas hierárquicas. Nesse caso o comandante da unidade dificilmente trata diretamente com os subordinados de uma Seção ao invés de tratar com o Chefe dela, ou seja, é estabelecido um escalonamento de tarefas que perpassa por diversas patentes, então, diante do foco da pesquisa, consideramos que o chefe da Divisão de Ensino melhor se adequaria ao objetivo proposto: investigar por meio de uma voz hierarquicamente superior e que também incarna os princípios da instituição, a atuação dos pedagogos policiais na instituição.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para que se possa melhor compreender a problemática da pesquisa e atingir os objetivos propostos, inicialmente foi feita um balanço das referências localizadas nos principais Bancos de Dissertações e de Artigos Científicos de modo a constituir um quadro geral das pesquisas realizadas sobre o tema. O resultado desse balanço foi apresentado na introdução.

Num segundo momento, foi realizada a pesquisa documental em Boletins Gerais Ostensivos (nome dado ao documento oficial diário que emana as ordens do comandante geral a toda a

tropa incluindo as orientações sobre a Instrução – assim chamadas, internamente, as questões relativas a formação profissional dos policiais militares) sobre questões que envolvessem a formação policial militar de Sergipe a partir da criação do CFAP. Também foi consultada a Constituição brasileira de 1988, a Lei 3669/95 que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar, a Portaria Normativa 018/2014 - Regimento Interno do CFAP, decretos e atas de encerramento de cursos e demais documentos internos que tratassem da história e das práticas educativas do CFAP.

Além dos documentos que regulam a atividade formativa dos profissionais em segurança pública, como por exemplo a Matriz Curricular Nacional para os profissionais de segurança pública; também foram consultadas outras normas, manuais e regimentos que ordenam as questões militares que fazem parte do cotidiano dessa Unidade de Ensino.

A observação livre do cotidiano que se desenrola no CFAP também foi de grande valia nessa investigação. Com a observação podem-se obter informações sobre fenômenos novos e inexplicados que, de certo modo, desafiam a nossa curiosidade. E, com respeito a esse tipo de observação, podemos dizer que sua função é descobrir novos problemas. (RICHARDSON: 1985, 41).

Foi utilizado um questionário simplificado como forma de sistematizar um primeiro levantamento geral de dados relativos ao perfil geral das pedagogas.

Contudo, o principal instrumento de pesquisa utilizado foi o roteiro com questões semi-estruturadas que norteou as entrevistas realizadas com os sujeitos. Esses roteiros foram organizados em três blocos temáticos: formação acadêmica, trajetória profissional, atuação profissional como pedagoga militar no CFAP. Os blocos são complementares uns aos outros de modo que os assuntos pertencentes a cada um deles se interpenetraram compondo a análise final como um todo.

O primeiro bloco de perguntas objetivou levantar os dados sobre o percurso formativo das policiais pedagogas, onde e quando formaram-se pedagogas, e também em que momento policiais militares. Ainda nesse bloco se desvendou o histórico de formação delas, observando qual o percurso de formação inicial e continuada a que elas foram submetidas. Como central nesse primeiro bloco se pretendeu absorver as visões de cada uma sobre sua contribuição para o quartel escola, para tanto a seguinte questão foi realizada: “Como acredita que sua formação pode contribuir com o CFAP?”.

O segundo bloco concentrou perguntas sobre a trajetória profissional desses sujeitos. Com o fito de descobrir se eles já haviam trabalhado como pedagogos e como se deu essas

experiências ou se eles foram forjados como policiais pedagogos em sua prática profissional e em que medida isso alterou a dinâmica profissional em que estão inseridos. O propósito foi identificar como essas policiais definem seu papel, quais as razões para que eles tenham se tornado pedagogas policiais, identificando na fala desses atores sociais sua experiência particular, sobre suas escolhas profissionais.

O terceiro bloco centrou-se em questões sobre a atuação profissional como pedagoga militar no CFAP. Sobre as razões para o ingresso no CFAP, quais as atribuições do seu cotidiano profissional, vantagens e desvantagens da função e outros questionamentos destinados a compreender o sentido da profissão para as entrevistadas, sua importância e o valor tanto real como ideal a ela atribuído. Como questionamento central estava a pergunta: “Para você o que significa ser pedagoga em uma Instituição militar?”

Como dito anteriormente também foi realizada entrevista com o chefe das pedagogas policiais. Esse roteiro, também semi-estruturado, sofreu pequenas alterações e alguns questionamentos tiveram que ser substituídos. Aqui foram quatro blocos temáticos: formação acadêmica, trajetória profissional, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e os pedagogos.

No primeiro bloco de questões objetivou-se, de modo semelhante ao das pedagogas policiais, levantar os dados sobre o percurso formativo do entrevistado. Nesse caso gostaria de descobrir se ele também tinha formação superior em Pedagogia ou se sua formação acadêmica seria em outra área, bem como identificar quais os cursos de formação continuada esse sujeito fora submetido. Também se objetivou investigar se houve preparo acadêmico para atuação com a gestão de formação policial militar e qual era a percepção desse policial sobre isso. Como questão central esse bloco teve a seguinte: “Durante o CFO também recebeu algum tipo de preparação para atuação com formação policial? Qual?”

O segundo bloco versou sobre a trajetória profissional. Um dos propósitos foi perceber como esse sujeito estrutura a percepção sobre seu trabalho. Como questão central temos “O senhor esperava atuar profissionalmente com formação policial militar ou gostaria de estar atuando em outra Unidade da Corporação? Qual?”

Já no terceiro bloco esperamos colher as impressões desse sujeito acerca do papel da Unidade de Ensino para a Polícia Militar e nesse sentido que importância atribui a presença de policiais com formação em pedagogia para a Polícia Militar. “Qual balanço faria do trabalho realizado por essa Unidade de Ensino no que diz respeito as dificuldades, avanços e retrocessos na formação ofertada?” figurou como questão central.

O quarto bloco concentrou perguntas sobre a atuação dos pedagogos segundo as impressões do entrevistado. O objetivo central era dar voz aquele que sendo hierarquicamente superior melhor poderia relatar sobre o trabalho desempenhado pelos sujeitos centrais. A intenção aqui era perceber os julgamentos dos impactos que acontecem ou não na instituição com a presença das pedagogas policiais. Para tanto foi central a questão: “O senhor poderia fazer um balanço sobre a atuação profissional dessa equipe (importância, competência, dificuldades) para o CFAP?”

4. A ATUAÇÃO DA PEDAGOGA POLICIAL NO AMBIENTE MILITARIZADO

Com base no referencial teórico adotado e nos dados coletados por meio dos questionários aplicados, entrevistas realizadas e observações feitas, analiso, neste capítulo, a experiência cotidiana da atuação das pedagogas policiais no quartel-escola da Polícia Militar de Sergipe, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Serão apresentados o percurso formativo das pedagogas, desde seu ingresso na formação superior até a formação continuada no seu ambiente de trabalho; a atuação profissional nesse ambiente educacional militarizado e quais as possibilidades e limites estão postos em seu cotidiano profissional.

O quadro abaixo indica o perfil dos sujeitos centrais – as pedagogas policiais e logo em seguida apresentamos o perfil geral do Chefe da Divisão de Ensino do CFAP, superior direto das pedagogas.

Quadro 2 – Perfil geral dos sujeitos centrais da pesquisa – pedagogas policiais.

PEDAGOGA	SEXO	EST CIVIL	IDADE	INGRESSO NA PM	FORMAÇÃO SUPERIOR	ATUAVA COMO PEDAGOGA ANTES DO CFAP	TEMPO ATUAÇÃO NO CFAP	CARGO ATUAL
A	Fem.	Casada	36	Concurso para Oficial - 2002	Universidade Federal de Sergipe - 2010	NÃO	09 ANOS	1º Tenente/ Chefa da Seção Técnica de Ensino
B	Fem.	Solt.	40	Concurso para Soldados - 2002	Universidade Federal de Sergipe - 2008	NÃO	13 ANOS	Soldado/ Auxiliar Técnica da Divisão de Ensino

Fonte: Dados da pesquisa

Temos no CFAP um total de quatro pedagogas policiais. Uma é a autora desse trabalho e, portanto, não contabilizada para os efeitos da pesquisa. Ficando três pedagogas policiais como

universo da pesquisa. No entanto, para atingir os objetivos propostos foram desse universo geral selecionadas duas. São duas as pedagogas policiais que ocuparam lugar central nessa pesquisa. As razões pelas quais foram selecionadas a participar desse estudo estão relacionados a nosso intuito de compreender as diferentes possibilidades de atuação de pedagogas policiais no CFAP, bem como a possibilidade de analisar essa atuação ao longo do tempo. Assim, uma delas ocupa o cargo de gestão e a outra é aquela que integra a equipe há mais tempo, conforme o quadro acima. Ambas, formaram-se pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), e portanto, passaram pelo mesmo currículo na formação em graduação, o que difere é apenas o ano de conclusão. Nenhuma delas atuou enquanto pedagoga antes de ingressar nos quadros da Polícia Militar de Sergipe. Em verdade, ambas realizaram a formação em Pedagogia após o ingresso na Corporação, sendo já forjadas policiais pedagogas. Ambas estão há treze anos compondo a Corporação.

No que diz respeito ao tempo de atuação no CFAP a Pedagoga A está há nove anos e a Pedagoga B há treze⁷. Enquanto A estava realizando o Curso de Formação de Oficiais (CFO) por quatro anos na Academia Policial Militar da Bahia, B já estava atuando no CFAP, pois o seu curso de soldado durou apenas alguns meses. Tem entre 35 e 40 anos o que denota um percurso acadêmico e profissional e experiência sobre as questões formativas. Ambas possuem mestrado acadêmico, também concluído na Universidade Federal de Sergipe. A Pedagoga A tem mestrado em Educação e B em Ciências Sociais. A pedagoga policial B está cursando doutorado também em Ciências Sociais na própria UFS.

Essas duas pedagogas policiais tem uma carga horária de trabalho de cerca de 30 horas semanais, mas ela não é definida em termos oficiais, então podem, em detrimento do serviço, ampliar essa carga quando necessário, reduzi-la não. Quando ocorre a ampliação, são negociados períodos de folga nos momentos em que o quartel-escola estiver com menor ritmo de atividade em andamento.

Ocupando patentes, postos distintos, também tem salários diferentes. A faixa salarial da policial pedagoga A gira em torno de cinco a oito salários mínimos (de R\$ 3.940,00 a R\$ 6.304,00). A faixa salarial da pedagoga B gira em torno de três a cinco salários mínimos (de R\$ 2.364,00 a R\$ 3.940,00).

Como indicamos anteriormente buscamos a percepção do Chefe da Divisão de Ensino do Centro, sobre a atuação das pedagogas tendo em vista o interesse de enriquecer nossa pesquisa

⁷ A partir desse ponto do texto vou me referir às pedagogas como A e B.

trazendo para sua construção a voz da hierarquia como possibilidade de obter dados, impressões, elementos que traduzissem a complexidade dessa dupla função: pedagoga e policial militar. Ao mesmo tempo estava a possibilidade de aportar às análises a perspectiva da Corporação ao tratar dos impactos que o trabalho desempenhado pelas pedagogas policiais geram no cotidiano desse ambiente educacional militarizado.

Assim, o Chefe da Divisão de Ensino do CFAP pertence ao quadro de Oficiais, portanto, ocupa a posição de gestor. Também ingressou na corporação no ano de 2002 por meio de concurso público prestado ao cargo de Oficial. Seu Curso de Formação de Oficiais ocorreu durante três anos na Academia Policial Militar do Estado de Pernambuco. Já ocupou a função de soldado e cabo na corporação, pois anteriormente havia prestado concurso público para o cargo de soldado. Ele é licenciado em matemática pela Universidade Federal de Sergipe, Direito pela Faculdade Pio Décimo, e está cursando Ciências Contábeis na Universidade Federal de Sergipe. Possui especialização lato sensu em Docência para o ensino superior promovida também pela Universidade Federal de Sergipe. Destaca-se no âmbito militar por ser o único entre os entrevistados dessa pesquisa que possui o curso de Técnica de Ensino, que é um curso de formação continuada para oficiais militares que atuam em quartéis-escola e dura cerca de nove meses. Ocupa o posto de capitão e seu salário gira em torno de dez a quinze salários mínimos (R\$ 7.880,00 a 11.820,00). Possui a mesma carga horária semanal de 30 horas e está submetido as mesmas regras que as pedagogas policiais, tem regime de integralidade na função policial, nenhum dos três sujeitos podem acumular cargos ou funções na administração pública ou na esfera privada. Por isso, se o serviço da polícia necessitar ele também tem ampliação de carga horária e negocia momentos de folga quando o quartel estiver com menor frequência de atividades.

4.1.PERCURSO FORMATIVO DAS PEDAGOGAS POLICIAIS

A escolha pelo curso de Pedagogia muitas vezes acontece por imperativos de vida que colocam o estudante dessa licenciatura em contato com o mundo acadêmico sem que isso signifique vocação. Com as pedagogas que hoje atuam no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças de Sergipe não foi diferente. As pedagogas policiais não expressam vocação ou interesse direto na escolha pela graduação em Pedagogia.

Então, eu venho de uma família bem humilde né? E assim... Precisava trabalhar desde cedo, minhas irmãs trabalharam desde cedo e eu sou a terceira... vim da família de cinco irmãos, e chegou a minha vez... eu precisava também trabalhar, porque a gente ia fazendo assim né, pra garantir o sustento da família, eu vim de Salvador morar em Aracaju e eu não tinha nada e nem ninguém, então precisava arrumar um meio de vida o quanto antes. (...) E aí eu fui fazer cursinho aqui em Aracaju, fiquei um ano só estudando e na hora da escolha do curso eu pensei numa forma mais fria né? E calculista... “bom, o que é que eu passo primeiro, o que é que eu tenho possibilidade de passar...” Porque eu fazia simulados no cursinho pré-vestibular, eu sabia mais ou menos a pontuação que eu tinha no simulado. Eu queria algo garantido, não queria arriscar, porque eu não podia ficar mais um ano estudando pro vestibular, não tinha essa opção, então eu tinha que ter certeza e no curso que eu tivesse certeza que eu passava. E o segundo ponto era um ramo que eu sempre encontrasse emprego né, que eu não fosse formar e ficar né, a ver navios depois de formada, até mesmo durante o curso eu precisava trabalhar né, eu tinha urgência nisso... Então eu analisei friamente o que é que eu poderia né, passar de primeira e conseguir entrar no mercado de trabalho, e aí eu escolhi o curso de pedagogia, porque inicialmente meu desejo, meu sonho era ser psicóloga. (pedagoga policial A)

A Pedagogia como curso de graduação no Brasil tem trajetória de egressos que optaram, em sua maioria, por essa licenciatura como meio de vida. Não necessariamente há identificação inicial com a carreira profissional. De modo geral a escolha se dá como opção para a manutenção da própria vida. Levando-se em conta que a educação é uma relação de comunicação entre pessoas livres com o objetivo de promoção do homem como dito anteriormente, os próprios especialistas em educação, ou seja, os pedagogos em sua formação também são contemplados nesse propósito, nesse objetivo. A graduação em Pedagogia torna-se mediação de uma prática social para os seus alunos.

Então eu não tive escolha né, uma vez inserida no campo da pedagogia, eu tive oportunidade de mudar e aí eu não quis mais, eu sempre tive muita afinidade com a área de letras, aí hoje eu sou graduanda em letras também, dei uma pausa por causa do doutorado, mas eu continuo graduando em letras inglês que é o que eu gosto, na época que eu estava ainda na pedagogia eu poderia ter a transferência interna e tal... isso me cabia... mas aí eu já tava apaixonada pelo curso de pedagogia, eu queria terminar, o curso de pedagogia pra mim hoje, dentro das ciências sociais, dentro da área de sociologia e até puxando pra letras futuramente que eu tenho umas, uma coisa na minha cabeça com relação a isso, ele me deu um fundamento muito bom, ele me deu uma base muito boa, é muito, é muito mais, pra mim hoje é muito, a visão é muito mais completa de mundo social, divisão de sociedade, com essa questão (pausa) com acoplado as questões de educação também. (pedagoga policial B)

A formação em pedagogia traz a perspectiva de forjar um profissional habilitado a elaborar uma leitura crítica do mundo social que o cerca, promove o entendimento da complexidade social em que está inserido. A partir de um currículo que sustenta a interação entre teoria e prática a Pedagogia torna-se ciência da educação e para a educação. Não é um curso de formação de professores apenas. Como afirma Pimenta (2011) a Pedagogia é o campo de conhecimento e o pedagogo o profissional que tem na educação seu objeto de estudo e na escola um espaço privilegiado para que com sua atividade pedagógica contribua na construção desta como uma verdadeira comunidade educativa, dos estudantes, dos professores e de si próprio.

Após formadas a expectativa era estar inserida no mercado de trabalho garantindo seu sustento, imaginavam que não faltaria escola para atuar. Entretanto, as duas entrevistadas mesmo com essa expectativa e cursando Pedagogia faziam inscrições em concursos públicos de toda as áreas, no intento de conseguir vaga em emprego público, cada uma com motivações particulares.

Com o entrelaçar das motivações pessoais e das necessidades de sustento essas pedagogas tornaram-se, também, policiais militares em um dado momento de suas vidas. As formações não se influenciaram, ou seja não houve interferências de uma área na outra, da escolha de uma profissão não houve influência da outra. O tornar-se pedagoga policial aconteceu de modo coincidente. E também coincidente foi a instituição de realização de suas graduações: a Universidade Federal de Sergipe. No ano de 2009 elas concluíram, em turmas separadas seu curso superior.

Outra determinação também... eu era casada com uma pessoa que não deixava, não me deixava nem estudar, nem trabalhar, e um certo momento ele me disse que eu poderia fazer aquele determinando concurso, e era a polícia... Eu agradeço assim... imensamente... acho que foi a melhor... de 17 anos de casado, foi o melhor a decisão que ele tomou. (pedagoga policial B)

Dessa maneira a trajetória profissional das entrevistadas conduziu seu percurso até um ambiente de trabalho bastante específico: o quartel-escola.

Ambas ingressaram na Polícia Militar de Sergipe no ano de 2002. No entanto, cada uma entrou por 'uma porta distinta'. Há dois modos de ingressar na corporação: como oficial e como praça. Para tornar-se oficial o indivíduo presta concurso para o cargo e ao ser aprovado é direcionado pela corporação para fazer o Curso de Formação de Oficiais nas Academias Policiais Militares pertencentes a outras polícias militares em outros estados porque em Sergipe

a Unidade de ensino policial militar forma apenas Praças. Normalmente o Curso de Formação de Oficiais dura três ou quatro anos.

E com relação a escolha da Academia para o Curso de Formação de Oficiais a escolha foi feita pela PM3 das academias que tinham vagas a época, e nos foi ofertado conforme a ordem de classificação no concurso para o Curso de Formação de Oficiais aqueles que primeiros colocados, escolheriam a Academia onde havia vaga, como eu na época tive uma boa classificação pude escolher e escolhi pra fazer o Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar de Paudalho no Estado de Pernambuco. (chefe das pedagogas policiais)

Após a conclusão do Curso os policiais voltam para Sergipe e ocupam seus postos na corporação (gradativamente aspirante a oficial, segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel).

Já os Praças são considerados os policiais que ingressam a partir de concurso público para o cargo de soldado, que gradativamente vai ascendendo até o cargo máximo de major, previsto em regulamento interno (soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento, subtenente, segundo tenente, primeiro tenente, capitão e major). Embora a maioria sequer chegue ao meio do caminho, pois a estrutura piramidal dessa Organização não permite que todos tenham ascensão profissional até o topo, os praças podem ocupar cargos de auxílio técnico com reconhecimento implícito por seus superiores. Por exemplo, há soldados que desempenham funções de programadores de softwares na área de informática, sendo na verdade analistas de sistema, há soldados desempenhando assistência jurídica para a corporação, atuando como verdadeiros consultores jurídicos, há soldados com formação em Pedagogia, prestando consultoria pedagógica para assuntos de ensino, instrução, formação policial. Mas isso não tem reconhecimento efetivo, não há previsão no organograma funcional da Corporação a ocupação de cargos técnicos. Qualquer cargo que necessite de maior especialização técnica deveria ser ocupado pelos oficiais, porque a formação policial deles é de maior duração e contempla maior desenvolvimento de habilidades. Além de termos estruturalmente um modo de organização do trabalho que visualiza o praça como mero executor. Entretanto, muitos praças buscam formação especializada fora da corporação por diversas razões. E na prática essas formações especializadas acabam sendo aproveitadas sem que sejam compensadas de modo formal, por meio de promoções ou gratificações. Há internamente uma simbologia de que esses praças estão livres da atividade fim que poderia oferecer maior risco as suas vidas, essa seria então a compensação por prestarem serviços técnicos. Não há na Lei de Organização

Básica que fixa o efetivo da Polícia Militar que deve-se ter pedagogo no quartel-escola (CFAP) ou analista de sistema no Núcleo de Tecnologia e Informação – NTI. O que se verifica com clareza nas normas é que os oficiais devem comandar e os praças devem ser comandados. Os oficiais ocupam funções de gestão, de liderança. Os praças de execução.

Durante o Curso de Formação de Oficiais há previsão para que o policial atue com formação policial, então na grade desse curso constam disciplinas e atividades para esse exercício profissional.

(...) No meu CFO tiveram três e eu analisei outros currículos né, de outros cursos CFO em outros estados também e tem, na malha curricular da minha turma, tinha uma disciplina chamada Teoria e Processo de Ensino, foram Teoria de Processo, Teoria e Processo de Ensino 1, 2 e 3... 3 semestres fazendo, estudando pra ser... vamos dizer, professor, instrutor né, porque oficial ele tem essa atribuição também né, na sua... no seu rol de atribuições... também tem que ser instrutor, professor... Então o CFO tem essa disciplina também e eu estudava com todo amor e afinco né, porque eu já me identificava com a área, estudava me preparando pra ser instrutora, eu pensava nisso, sempre pensei nisso, desde que eu ingressei no mercado de trabalho, desde que eu comecei a cursar pedagogia eu sempre pensei nisso... (pedagoga policial A)

Diferentemente do Curso de Formação de Soldados e de Cabos que eu havia feito aqui respectivamente nos anos de 98 e 99 em que a formação era focada... é... no viés procedimental, ou seja, você era um executor, no Curso de Formação de Oficiais ocorrido entre 2002 e 2004, todas as disciplinas tinham um viés também atitudinal, ou seja, a postura do policial frente as instruções porque futuramente você seria um multiplicador daquilo perante a tropa, porque uma das atribuições do oficialato é ser gestor e ser também instrutor, ou seja você tem o ônus de ser também formador, então um.. um.. é... um dos pontos focados no âmbito das instruções era esse, o viés de ser instrutor também. É... mas eu vou ressaltar aqui em uma disciplina que é focada para a formação do policial militar, do aluno de oficial que é a disciplina Didática. No curso de Formação de oficiais nós temos a disciplina Didática onde preparava o futuro oficial a ser, a ministrar instruções, ou seja, ao trabalho com tropa, o trabalho com sala de aula, enquanto (pausa) durante as instruções, enquanto professor, instrutor. (chefe das pedagogas policiais)

No Curso de Formação de Soldados (CFSd) não existe previsão de atividades que preparam o policial militar para atuação no âmbito da formação policial. Essa preparação acontecerá com a experiência profissional caso ele atue no quartel-escola, tal como é o caso de uma delas, a Pedagoga B.

Contudo, como apontamos anteriormente nenhuma das pedagogas policiais teve experiência como pedagoga antes de ingressar na corporação. O fazer pedagógico e o fazer policial aconteceram de modo concomitante para elas.

(...) eu nunca atuei como pedagoga em outras instituições, eu já atuei aqui, como eu falei eu já olhava pra essa possibilidade, quando eu fui pro CFO, eu já olhava com os olhos de pedagoga, porque eu já tinha experimentado um pouco do curso de pedagogia e já tinha me apaixonado, então eu já... vamos dizer assim... eu fui forjada já pedagoga policial, seu posso dizer assim, se isso existe né, eu me encaixo nessa categoria, então não tive outras experiências fora, a única vez que eu fui pra sala de aula foi no estágio supervisionado da própria universidade. (pedagoga policial A) (grifo nosso)

Bom, eu terminando... teve uma questão interessante aqui pra o CFAP, na época que eu terminei a graduação, já tava qualificada pra ministrar aulas aqui, a gente não podia pelo fato de ser só soldado, as hierarquias não permitiam, e eu fui, eu até lembro na época o nosso comandante aqui da DE... a preocupação que ele teve, a angústia era bem visível no olhar dele a angústia de não poder me ter no quadro de instrutores pelo fato de eu ainda ser soldado, ou ser soldado apenas... Uns dois anos depois disso, a gente podia observar a inclusão de soldados no quadro de instrutores pelas questões de formação mesmo, competência profissional, você tem competência profissional, então você tem competência para! Isso começou a mudar, foi uma visão de mudança dentro da corporação, deixou mais, deixou de prestigiar mais a questão das hierarquias né, em detrimento de qualificação, eu acho que isso foi avanço, foi um ponto bem, bem interessante pra avanço... (pedagoga policial B)

Kuenzer (2002) para investigar como a fábrica educa o trabalhador apoia-se no pressuposto ‘marxiano’ de que o homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão presentes e em confronto, momentos de educação e deseducação, de qualificação e de desqualificação, e portanto, de humanização e de desumanização. No quartel-escola da Polícia Militar de Sergipe a formação das pedagogas policiais também perpassara por esse pressuposto. Foi por meio de contradições pessoais e depois por meio de superação de conflitos institucionais que elas se tornaram pedagogas policiais. Existiu uma lógica de qualificação e desqualificação para que elas ocupassem esse lugar.

Ainda que não haja, até o presente momento, previsão legal para criação do cargo de Pedagoga ou para sua ocupação na Polícia Militar de Sergipe existem policiais que desempenham essa função em decorrência das necessidades e demandas da própria Corporação. Embora não tenha formalmente essa ocupação, existem pedagogas policiais que há pelo menos dez anos atuam nessa unidade de ensino. Elas inauguraram esse perfil policial para atuação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Primeiro foram as soldados com formação

em Pedagogia, posteriormente enviaram uma oficial com formação em Pedagogia para que juntas pudessem dar um novo tônus a formação policial militar de Sergipe.

4.2. A ATUAÇÃO DAS PEDAGOGAS POLICIAIS NO CFAP

A partir da criação da Matriz Curricular Nacional para profissionais em segurança pública a formação policial mudou sua filosofia. Novos paradigmas foram estabelecidos. O policial truculento sai de cena e a sociedade anseia por policiais mais preventivos, de postura reflexiva que se aproxime do perfil de um policial cidadão. Certamente não se trata de um processo cujos resultados são imediatos. Na Educação temos resultados a médio e longo prazo quando determinamos uma ação. Destarte, na formação policial o processo vem paulatinamente alterando esse perfil policial militar brasileiro.

O advento da Matriz é mesmo o passo inicial para que os gestores das unidades de ensino policial passem a considerar o aprimoramento técnico profissional de modo mais incisivo, com mais qualidade, com mais técnica. Dissemos anteriormente que a técnica difere o profissional do curioso: este vai tentar, por meio de acertos e erros, executar uma dada tarefa com menos segurança de atingir o fim esperado e provavelmente em mais tempo. O técnico, ao contrário, está sujeito a maior grau de perfeição e aplicando as técnicas será mais rápido na execução da tarefa que se propor a realizar. Assim, a Polícia Militar de Sergipe passou a requisitar a alocação de técnicos para desempenhar atividades em sua Unidade de Ensino. Os oficiais que compunham o CFAP no período do advento da Matriz Curricular estavam atentos a ela. Desse modo, iniciou um movimento de tentativa de reconhecimento da unidade de ensino policial como uma instituição de ensino profissional. O Conselho Estadual da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, por meio da Resolução 396 de 20 de setembro de 2007, estabelece que para ser reconhecida como uma unidade de ensino profissional, autorizada a ofertar cursos de educação profissional, a escola requerente precisa ter em seu quadro organizacional licenciados em Pedagogia. O CFAP, então, passou a adotar medidas para aprimorar seu ensino e torná-lo, portanto, técnico reconhecido pela Secretaria de Educação. Para tanto, era necessário cumprir as exigências do Conselho Estadual.

(...) eu fui convidada a ir pra Divisão de Ensino, porque a época existia e eu acho que ainda é um sonho dessas... de quem trabalha no CFAP, um movimento pra transformar, aliás transformar não, mas para o reconhecimento do CFAP como uma instituição de ensino profissional e aí quem estava aqui na época fez esse estudo né, do que que precisava, foi pra secretaria de

educação e veio com todas as demandas pra tentar cumprir essas demandas né, essas exigências da secretaria de educação pra que o CFAP fosse reconhecido como instituição de ensino profissional que é basicamente o que o CFAP realmente faz: formar profissionais em segurança pública. Por conta disso, quem estava na época no CFAP tinha acabado de... estava saindo major Linhares... e ai tava na época o Capitão Ferreira, o Capitão Sidney e hoje são Majores, e todos eles envolvidos nesse movimento. Eu acredito que fui convidada pelo Major Sidney que hoje é Major, na época era Capitão... não me lembro bem, mas acho que foi ele que falou comigo, que me chamou, conversou e me convidou pra ir pra divisão ensino, justamente pra preencher essa lacuna né, esse vago né, esse vazio... Porque embora os profissionais que eu tinha visto trabalhando na divisão de ensino eram pessoas que tinham, que eram afinadas com a área de educação né... não tinham formações específicas, então esse movimento aconteceu por pessoas que sabiam né... da necessidade... que vislumbrava essa necessidade né... de que colocassem pessoas formadas em pedagogia, pedagogos formados na Divisão de Ensino né, pra justamente preencher essa exigência da Secretaria de Educação. (pedagoga policial A)

Estabelecida a rede de contato social as policiais com formação em Pedagogia, tendo cursado na mesma Universidade e em períodos próximos, foram chamando a atenção dos oficiais gestores da Unidade de Ensino sobre a existência das outras. Desse modo, paulatinamente os convites para compor a equipe foram sendo realizados e a equipe sendo concretizada. Como o Centro de Formação de Praças é o estabelecimento de entrada dos policiais em Sergipe, mesmo os oficiais se apresentam no CFAP quando chegam das Academias, o recrutamento por meio do perfil profissional se faz nesse quartel, ou seja, ambas se destacaram ainda em sua formação como policiais que portavam as características necessárias para atuar na escola, que é por excelência o espaço de exemplos para a tropa. Em outras palavras, ao questionar para o chefe das pedagogas policiais se era necessário um perfil específico para atuação no CFAP, a resposta foi que era preciso que essas profissionais entendessem que ocupariam posição de exemplo. Tendo, então, se destacado em seus cursos de formação, elas foram convocadas para atuar com a formação policial. Todos os praças policiais militares de Sergipe passam pelo CFAP ao ingressar na corporação. Eles são observados durante os cursos. Seus perfis profissionais são delineados e suas aptidões reveladas. Assim aqueles que se destacam em determinadas habilidades são direcionados para compor determinadas unidades policiais após a conclusão dos cursos.

Com a intenção de cumprir as metas para o reconhecimento, pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, do CFAP como unidade de ensino técnico profissional, em 2002 a primeira pedagoga policial foi recrutada para compor a Divisão de Ensino. A pedagoga policial que possui mais tempo de trabalho no CFAP ao ser questionada sobre a presença de pedagogas

antes dela afirma que “ninguém tinha, ninguém tinha... era... Sargento era da geografia, a tenente era de... é de letras, eu acho que foi a inauguração, foi minha! Pelo menos pra aquela época né.” (pedagoga policial B)

A partir de então o CFAP não deixou de ter em seu quadro funcional as policiais com formação em Pedagogia. Há transferências por conta da necessidade do serviço de outras unidades policiais, destacando que mesmo nesses casos, a atuação dessas policiais é de ordem pedagógica, elas acabam desempenhando funções relacionadas a formação policial, mas de algum modo o retorno ao CFAP acaba acontecendo.

Tive um período de tempo dentro do Choque que eu saí, me afastei do Major, do serviço que era com estatística e fui pra o GP mesmo, pra o tático, pra o operacional cumprir escala de 24h por 72h, porque na época eu fui desenvolver um curso pro Choque e o meu convite pra ir pra lá foi baseado nesse, na confecção desse curso, eles queriam me aproveitar que eu era daqui, daqui da D.E., eles queriam um curso de... que depois veio a ser batizado por ‘Força Tática’, confeccionar esse curso pra ser aprovado pela SENASP(...). (pedagoga policial B)

Esses sujeitos centrais da pesquisa foram se estabelecendo na corporação como especialistas em formação policial. São policiais com um nível de escolaridade mais alto que aquele exigido pela corporação para ocupar os cargos do concurso prestado, ou seja, nível médio. Esse é o nível de ensino exigido tanto para o concurso de Soldados quanto para o de Oficiais. Há uma busca constante dessas pedagogas policiais por aprimoramento profissional, sem que isso aconteça por causa da Polícia Militar. São formações realizadas em função de objetivos pessoais.

Então... quando eu terminei o curso de pedagogia, eu comecei a me especializar. Eu procurei algumas áreas de especialização porque eu queria continuar os estudos. Eu fiz uma pós graduação na Universidade Federal de Sergipe que é da RENAESP né, que é uma rede de altos estudos de segurança pública em parceria com várias Universidades do Brasil, que é proporcionado pelo Ministério da Justiça, através da Secretária Nacional de Segurança Pública, e aí eu fiz a pós graduação na área da segurança pública. Logo após essa pós-graduação, eu comecei a estudar pro mestrado e entrei no mestrado em educação, me formei em 2012. (pedagoga policial A)

Eu comecei a fazer pedagogia na São Luís, fiz um ano lá e em seguida passei no vestibular da UFS, aí concluir a graduação em pedagogia. Terminando a graduação em Pedagogia eu já comecei uma especialização em trânsito na São Luís novamente, e terminei essa especialização em trânsito. Comecei uma especialização em segurança pública, gestão de segurança pública, no mesmo ano que eu comecei a especialização em gestão eu passei no mestrado, ai eu

cumulei no primeiro ano do mestrado as duas, a especialização e o primeiro ano 'punk' do mestrado. Em 2012 eu terminei o mestrado, dei um espaço de quase 2 anos, ingressei no doutorado agora. (pedagoga policial B)

Embora a necessidade da Polícia Militar em ter essas pedagogas em seu quadro funcional com estímulo a formação continuada para o bom desempenho de suas funções seja real, os canais legais para suprir essa necessidade, estão via de regra, obstruídos. O aprimoramento técnico profissional para elas é imprescindível, como é para todos os pedagogos, visto que 'o pedagogo assume funções de especialistas do ensino, ou seja, exerce as ações de suporte ao trabalho docente em escolas ou em outros tipos de instâncias formativas da sociedade' (PIMENTA: 2011). Mas esse aprimoramento não é promovido pela corporação.

Não! Muuuito raramente, já aconteceu comigo... eu já tive oportunidade de viajar duas vezes, enquanto estava aqui pra outros estados pra conhecer as escolas de formação de outros lugares, mas mais por uma vontade de quem estava comandando o CFAP do que propriamente por uma, por algo que a instituição faça né?(...) Mas por um, entre aspas um prêmio né, porque a pessoa que tava aqui me considerou uma boa profissional, achava que eu merecia ir pra outro estado vê a realidade de outro estado, porque de alguma forma isso ia contribuir com a minha atuação profissional, então... mas porque a polícia pensa nisso, não... (pedagoga policial A)

Bota aí cinco mil "kkkkkkkkk", quando você for digitar bote "kkkkkkkkkkkkkk" encha de "kkk", a resposta é não... nem cursos, viagem, nada, nada, nada... e salvo aguardando o fato de que o mestrado foi com tema específico da polícia militar, todas as vezes que eu me apresentei em congressos de ponta no país eu tenho uma... graças a Deus... consegui... estar dentro do campo da Sociologia, nos congressos de ponta, tipo ABA, tipo ANPOCS, tipo o próprio CONLAB que foi em Portugal, sempre levando o nome da PMSE, porque acaba levando a questão... a minha pesquisa puxa pra isso... e não tem sentido não... Só por minha conta e risco... (pedagoga policial B)

A atuação das pedagogas policiais está restrita ao CFAP, mais especificamente a sala onde funciona a Divisão de Ensino, esse é o *locus*, esse é o lugar onde elas se encontram, onde desempenham suas funções.

A Divisão de Ensino eu falo, eu considero que ela é assim o coração. O coração da Unidade porque o Corpo de Alunos ele alimenta esse coração né... como as veias, as artérias alimentam com sangue, então o Corpo de Alunos ele alimenta, ou seja, ele dá as orientações gerais para os alunos, na parte disciplinar e nós somos os responsáveis pela parte acadêmica, ou seja, a formação em si, nas disciplinas, então nós somos os responsáveis para organizar, para congregar as disciplinas na forma de módulos, né isso... para

que o aluno possa ter esse conhecimento, e possa alimentar todo o corpo, então a divisão de ensino é responsável por todo o corpo... toda a formação do aluno ela passa pela Divisão de Ensino porque todas as disciplinas, por exemplo, o Curso de Formação de Soldados ele tem trinta e três disciplinas, nas mais diversas áreas, direitos humanos, é..., técnica policial militar, educação física, entendeu?! Então são disciplinas que são preocupadas desde a formação do policial na parte jurídica, a parte conceitual, a parte procedimental, voltadas para os conceitos de defesa pessoal, armamento, munição e tiro e nós temos também a parte procedimental como eu havia falado, ou seja, seria a parte de Ordem Unida, que é a postura do policial, Ética e Cidadania, então são disciplinas nas mais diversas áreas com o foco na melhor formação dos nossos policiais. (chefe das pedagogas policiais)

Na Divisão de Ensino trabalham policiais das mais diversas áreas. Há policiais com formação em Sociologia, em Administração, em Letras, Educação Física, Direito. É uma equipe multidisciplinar chefiada por um oficial que também tem formação civil na área educacional. Entretanto, são as pedagogas policiais que fazem a tarefa principal desse setor: elaborar os Planos de Curso. Esse é o documento balizador das ações formativas do CFAP. Cada curso possui um plano, que prevê a grade curricular e sua carga horária total e das disciplinas, as diretrizes pedagógicas de funcionamento do curso, o modo de funcionamento, enfim o pontapé inicial da formação policial militar de Sergipe.

Quando analisado o *locus* de atuação dessas profissionais percebe-se que há uma distinção clara em relação aos espaços de trabalho em que estão inseridos os profissionais da Pedagogia digamos convencionais. As escolas convencionais de ensino são espaços de trabalho previsíveis para o pedagogo ao formar-se. Mas o quartel-escola, bem como outros espaços específicos onde aconteçam práticas educativas distintas não são.

Longe de intencionar discutir as questões identitárias do curso de Pedagogia, já comumente polemizadas em diversas pesquisas científicas, por exemplo, entre docência e não-docência, o que pretendo é acautelar a existência de uma instituição que, assim como outras, necessita da prestação dos serviços de um especialista em educação. Libâneo (1999) alerta para que se tome a Pedagogia como campo teórico e como campo de atuação profissional, oferecendo para isto diferentes modalidades de estudo, com diferentes condições de acessibilidade em sua estrutura organizacional. Há muito que vem sendo anunciada a necessidade para que o curso de Pedagogia considere as modalidades de educação informal e não-formal⁸. São empresas, organizações não-governamentais, hospitais, quartéis, variados

⁸ A *educação informal* corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico,

espaços de trabalho que tornam o papel do pedagogo como central para viabilizar as suas ações educativas. Algumas críticas são tecidas ao fato do pedagogo ser formado com vistas a atuação em espaços escolares não convencionais, ou mesmo em espaços-não escolares. No entanto, a discussão não deve ser sobre o “local” de trabalho do pedagogo, mas sobre o direcionamento da atuação do pedagogo.

Ele pode trabalhar em uma empresa, na área de Recursos Humanos, contribuindo para humanizar as relações de trabalho em seu interior, assim como pode trabalhar em uma escola que forma o empregado-padrão para atender aos interesses patronais. Não é o lócus de atuação que determina, com exclusividade, o tipo de trabalho a ser desenvolvido, mas, sim, um conjunto de intenções e interesses contraditórios que compõem o processo de formação (inicial e contínua) do profissional. (PINTO In PIMENTA: 2011)

No CFAP é central a atuação das pedagogas policiais.

Como havia falado anteriormente, é de grande importância você ter na instituição e de forma ainda mais importante, mais relevante ter na Divisão de Ensino policiais pedagogos, porque elas colaboram na formatação dos nossos cursos, e muitos deles serão instrutores, ajudarão a multiplicar esse conhecimento obtido na Academia. Então é importantíssimo esse viés educativo, pedagógico, nós temos profissionais aqui com mestrado, alguns cursando mestrado na área de educação (...) que colaboram pra nossa formação profissional, então é importantíssimo você trazer pra o CFAP né isso, a Academia, então por isso que esse conhecimento anterior, toda essa bagagem adquirida pelos nossos profissionais no mundo acadêmico é significativa e nós incentivamos pra que ela possa ser posta em prática aqui na nossa formação. (chefe das pedagogas policiais) (Grifo nosso)

As pedagogas policiais desempenham, segundo as próprias entrevistadas a função de elo. Elo entre a Divisão de Ensino e os instrutores, elo entre os alunos e os instrutores, elo entre o comandante da Unidade e o conhecimento técnico, enfiam eles representam a especialidade. São as pessoas que tem o *know-how* para determinar como um curso consegue forjar o perfil policial militar almejado.

Nós temos também os auxiliares que trabalham com a organização da parte administrativa, o quadro de trabalho semanal, nós temos aqui enquanto

físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. A educação *não-formal* seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. (LIBÁNEO, 2005, p. 31)

policiais militares auxiliares (...) que trabalham também com essa parte de ensino, que além do quadro de trabalho semanal, elas trabalham também com a confecção dos documentos administrativos, e com a elaboração dos Planos de Curso, que são o nosso norte, o nosso eixo norteador que vai desencadear o curso é o Plano de Curso, são publicados em Boletim Geral Ostensivo, antes do início dos cursos são publicados, são chamados Planos de Curso onde contempla toda a fundamentação, o funcionamento do curso, a matriz curricular, a parte pedagógica do curso como ele irá ocorrer então todo esse funcionamento, o calendário do curso é publicado no plano de curso, que é publicado como eu havia falado anteriormente no Boletim Geral Ostensivo, considerado BGO. Então nós temos esses auxiliares que trabalham com o Portal, com elaboração de QTS, né isso... nós temos também os profissionais que trabalham diretamente com os alunos que são supervisores da Divisão de Ensino, (...) que trabalham diretamente com aluno, entregando os diários, aos instrutores e orientando é... quando há uma falta ou atraso fazendo o remanejamento de aulas, diretamente com os alunos também recebendo os pedidos de revisão de prova, após a verificação corrente ou final das disciplinas o aluno ele pode solicitar uma verificação de sua prova, uma correção de alguma questão que ele ache pertinente, então é encaminhado aos supervisores da D.E. para que seja analisado pela comissão. Os casos diversos são analisados pelo Conselho de Ensino formados pelos oficiais superiores e intermediários aqueles aqui do CFAP. Nós temos como eu havia falado também, os gestores do sistema da Divisão de Ensino, do portal de alunos (...), que coordenam na postagem de material, na alimentação do portal do Aluno, e no sistema de lançamento de aula e de notas. (chefe das pedagogas policiais)

Em seu cotidiano as pedagogas estão às voltas com os Planos de Curso, como dito anteriormente, com os Diários de Classe, com fichas de instrutores, com ementas de disciplinas, leis de ensino como a LDB (9394/96) e os diversos Pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre o ensino profissional de nível técnico, com QTS (quadros de trabalho semanal) previstos e executados, ofícios, confecção de Atas de Encerramento de cursos, classificação final de alunos, pareceres técnicos sobre as instruções. São essas as ferramentas que na verdade são comuns a atuação do pedagogo em qualquer instituição escolar. O que difere do ensino convencional é que as pedagogas policiais sendo militares fazem uso das publicações em Boletim Geral Ostensivo da corporação, da Matriz Curricular Nacional para profissionais em Segurança Pública, Manuais de Ordem Unida, Portaria Normativa interna que regula as atividades do CFAP denominada RICFAP, utilizam ainda o Regulamento Disciplinar do Exército – RDE para nortear a formação no que diz respeito as possíveis transgressões disciplinares que podem acontecer na chamada caserna⁹, elaboram planos de estágio

⁹ Os policiais militares no exercício de suas atividades constitucionais ficam sujeitos a uma responsabilidade criminal, administrativa e civil pelos danos que venham causar a Administração Pública, civil ou militar, e a integridade física e patrimonial dos administrados. Os regulamentos disciplinares das polícias militares seguem o modelo do regulamento disciplinar do exército. Então, qualquer caserna – construção destinada ao alojamento de

operacionais, seguem as regras dos elementos que mantem os princípios institucionais de hierarquia e disciplina. Sendo também policiais militares, uniformizam-se como todos os outros colegas de trabalho dentro dos padrões mais rígidos porque são membros do quartel-escola e portanto, são exemplo para os ingressantes na corporação, portam armas e estão sob proteção de uma guarnição¹⁰ militar que faz a guarda do quartel.

Mas é notório certa resiliência das pedagogas policiais em focar a formação no militarismo.

Então se nós somos profissionais, nós estamos buscando uma formação técnica, então eu acredito que a formação técnica ela deveria ter um pouco mais, um pouco mais... ter um lugar, um espaço maior do que a formação militar, claro que a formação militar ela faz parte, nós somos militares, nós usamos farda, uniforme, nós temos os pilares da corporação, mais um vez eu digo a hierarquia, é a disciplina, isso faz parte, então eu limpo coturno, eu engraxo meu sapato, limpo o meu cinto, cuido do meu uniforme, também da minha aparência pessoal, sigo o regulamento, presto continência, peço permissão pra entrar... faz parte do meu cotidiano, sabe? Isso a gente acaba internalizando, por conta da nossa rotina, mas isso não é o mais importante, entende? O mais importante é a formação técnico profissional que muitas vezes a gente deixa de lado né, pela questão do militarismo, entendeu? Mas é só a gente saber colocar as coisas no lugar, porque tem muita gente que sabe e outras pessoas que não sabem, entendeu? (pedagoga policial A)

O encontro da formação em pedagogia e da formação como policial militar é imbricado no momento de atuação dessas profissionais. A entrevistada pedagoga policial B chega a afirmar que essa é uma relação imbricada, em que as formações estão sobrepostas uma a outra e que ela não saberia responder qual está acima. Ela tanto leva as questões da polícia para fora do contexto de sua atuação quanto traz as questões didáticas, de acúmulo e transmissão de conhecimentos para a polícia, afirma que essa relação entre suas formações é mesmo complementar.

É possível afirmar que as pedagogas policiais são elementos participes de um momento de transformação da formação policial militar. Elas acrescentam um viés crítico, reflexivo e humanista a Unidade de Ensino policial militar pesquisada. Embora sigam as regras impostas elas atuam com foco na formação técnica, na transmissão de saberes que preparam o policial militar para atuação com certo nível de autonomia moral e intelectual, com perfil profissional que se adapta as novas exigências da sociedade. Essas profissionais compreendem que seu papel

militares - está sujeita a aplicação das punições disciplinares por conta de transgressões cometidas por seus membros.

¹⁰ Guarnição é a denominação dada a um grupo de militares que são escalados para cumprir um determinado trabalho em quartéis ou fora deles.

perpassa a questão do cuidado necessário a disciplina e a instrução nesses espaços militares, uma vez que ao tratarmos de formação policial estaremos em uma linha tênue com o delineamento de um perfil profissional que terá certa liberdade de ação em seu cotidiano. O policial militar precisa estar preparado para no momento de sua atuação profissional contar com autonomia moral e intelectual que balize sua postura, pois são esses os novos determinantes sociais dessa profissão.

4.3. LIMITES DA ATUAÇÃO DAS PEDAGOGAS POLICIAIS: RELAÇÃO SABER X PODER

Como dito anteriormente há necessidade de profissionais com formação em Pedagogia nesse distinto espaço de formação, pois nele se desenvolvem práticas educativas, se processa Educação.

Isto quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos, e ideológicos de grupos e classes sociais. Sendo assim, ao investigar questões atinentes à formação humana e práticas educativas correspondentes, a Pedagogia começa perguntando que interesses estão por detrás das propostas educacionais. Precisamente por isso, a ação pedagógica dá uma direção, um rumo às práticas educativas, conforme esses interesses. O processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente. Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Sobretudo pelo fato de a prática educativa desenvolver-se no seio de relações entre grupos e classes sociais é que se ressalta a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo. (LIBANEO, 2005: 34)

Então o quartel-escola também é espaço de atuação do profissional da pedagogia. Há o reconhecimento explícito por parte das profissionais da pedagogia que lá estão desempenhando suas atividades e de modo implícito pela corporação, pois o sinal mais evidente é o fato dessas policiais permanecerem no quadro por um período maior que o habitual se estivessem lotadas em qualquer outra unidade policial.

Então... É um trabalho de formiguinha mesmo sabe? As pessoas já olham pra gente assim... pra mim e pra outras pessoas da equipe da Divisão de Ensino,

como aquele profissional que tem a qualificação para atuar nessa área, porque os reflexos já aparecem né, do trabalho da divisão de ensino. Então muitas vezes as pessoas mudam a sua concepção... que quando eu cheguei aqui o que eu escutava era “ah, você vai virar patrimônio do CFAP”... Porque culturalmente o que é que a polícia faz? A polícia reloca né, muda de lugar... de alocação dos profissionais de forma corriqueira assim... é muito comum você hoje está num batalhão né, numa atividade, numa seção e passar ali 6 meses, depois ser transferido pra outra, mais 6 meses, depois se transferido pra outra né, isso aí é uma cultura que a gente na polícia militar do estado de Sergipe não conseguiu quebrar ainda. Mas por conta de eu já estar aqui há muito tempo das pessoas “ah você vai virar patrimônio do CFAP já tem tantos anos aí e tal...” Mas o meu discurso ele é tão forte né, da necessidade dessa profissionalização que a gente vai mudando a concepção das pessoas com esse trabalho mesmo de conscientização, de convencimento e não só com esse trabalho falado, de boca em boca, mas também pelos reflexos do trabalho né, pela forma positiva que acontece. (pedagoga policial A)

Na elaboração das novas propostas de formação policial, dos novos paradigmas, o pedagogo policial é um participante fundamental; ele sabe o que é preciso nas relações de ensinar/aprender e a instituição precisa aprender a ouvi-lo, assumindo o papel que lhe cabe, de articular, e organizar junto a esses profissionais o projeto pedagógico necessário.

Então, eu acho que é a qualidade do serviço, eu acho que assim, a equipe da Divisão de Ensino, atua de tal forma né, que acaba, vamos dizer assim, levando os reflexos pra toda a polícia, então toda a polícia enxerga a equipe da Divisão de Ensino como uma equipe qualificada pra fazer o que faz, então só mantém pela qualificação mesmo... porque o trabalho ele dá certo de tal forma né, que as pessoas não querem mexer... mesmo o comandante geral ele já se conscientizou de que não... aquela equipe que tá ali é a equipe que faz o negócio funcionar como deve acontecer... então é a atuação mesmo das pessoas... por isso é que se tem essa... vamos dizer assim, não é uma garantia, mas tem acontecido né? A equipe tem permanecido ao longo de oito anos, se eu não tiver enganada, com exceção de algumas pessoas, um sai outro entra de vez em quando, mas o núcleo da equipe tá lá formado há oito anos, justamente pela qualidade de trabalho que essa equipe demonstra de empenho. (policial pedagoga A)

Os conhecimentos adquiridos na Universidade por essas profissionais acabam determinando o *modus operandi* de atuação delas. O curso de pedagogia, como já foi dito anteriormente, promove a formação marcada por uma leitura crítica do mundo social que os cercam. Após concluída essa licenciatura os seus egressos terão sido apresentados a filosofia, a política, a sociologia, a história da educação e da própria pedagogia, bem como terão tido contato com a transmissão dos saberes, docência, a didática, as psicologias e a pesquisa científica. Dificilmente esse profissional atuará sem que essa carga de conhecimento interfira

em seu cotidiano profissional. Os pedagogos certamente atuarão com o objetivo de contribuir para o fenômeno educativo em que estiverem inseridos.

Sobre o militarismo as entrevistadas pontuaram que na Polícia Militar esse aspecto tem tido um caráter mais flexível e de menor ênfase em relação ao passado. A rigorosidade, marca indelével da formação militar cedeu supostamente às pressões advindas do ingresso de novo policiais na instituição e ao fato de a formação militar estar mais orientada por direitos constitucionais, por mais flexibilidade nas questões de relacionamento interpessoal entre os policiais, no trato mesmo entre superiores e subordinados.

Então, outra coisa... uma vez que me chamou muito atenção, tem umas coisas que são interessantes a nível de gestão, eu observo isso depois de tantos anos trabalhando ligada a comandos né... a importância de um bom líder né, é diferente de um bom comandante, comandante pela própria hierarquia, pela própria disciplina que acontece aqui qualquer um que estiver acima de mim como soldado, que eu sou soldado, pode ser comandante, pode ser meu comandante. Agora líder são diferenciados... E eu lembro de uma reunião que nós tivemos aqui, major Linhares disse assim... e eu calada doída pra falar, porque minha língua coça e eu sou crítica por natureza... tenho um, tenho um, tenho um ponto crítico bem, bem aguçado... Eu doída pra falar, eu vou ficar calada, vou falar não... Ai ele disse: “Soldado! pode falar viu, isso aqui não tem frescura não!” Ai eu: “Ah!!!! E pode? Oxe! Deixe comigo!” Quer dizer, quebrou ali aquele medo inicial que eu tinha de não poder falar então as coisas eram sempre expostas assim no intuito de melhorar, no intuito de produzir, no intuito de tornar a demanda que era grande demais, mais funcional, mais, mais produtiva mesmo, a palavra é essa. A coisa anda bem, bem tranquilo... E quem podia e ia aparecendo as contribuições bem espontâneas, não tinha nada “Ah, eu sou tal, eu tô fazendo...” não, bem questão de equipe mesmo. (Policial pedagoga B)

Por meio do trabalho desenvolvido as pedagogas policiais foram estabelecendo uma espécie de redoma que tem paulatinamente resguardado sua presença no CFAP. A equipe de policiais que compõem a Divisão de Ensino por meio da técnica tem se estabelecido e sua importância tem mérito na qualidade dos serviços prestados. Assim pontua o próprio chefe da equipe.

Contudo, quando perguntadas sobre as vantagens de estar atuando no CFAP, elas responderam que a vantagem é de ordem pessoal. Ambas gostam de atuar como pedagoga na Polícia Militar. As duas, inclusive, são instrutoras das mais variadas disciplinas ofertadas pelo centro de formação policial. Gostam do que fazem e expressam isso nas entrelinhas de toda a entrevista.

Entretanto, essa não é uma atuação profissional de vantagens exclusivas. As desvantagens, segundo elas, são bastante marcadas.

Ingrid, Ingrid!!! Hoje eu estou num doutorado, meu salário continua igual a uma pessoa que tem apenas ensino médio, isso quer dizer o que? Que você tá sendo preconceituosa? Não! Isso quer dizer o que? O meu respeito por uma pessoa que tem ensino médio é igual ao meu respeito por uma pessoa que não sabe escrever, que eu ensino com todo, com toda, com todo desvelo, quando eu pego turmas de jovens e adultos, que chega uma pessoa de 50, 60, 70 anos que sabe o que quer... e a minha motivação é essa... é o outro querer... quer aprender meu fio? Chega aqui, é o quê que você quer? É aprender sobre teorias lá do sei do que ou aprender a escrever um A? Pra mim tem o mesmo peso, porque os dois querem, tá entendendo? Os dois querem... Mas assim, quando eu falo que eu estou no doutorado eu ganho a mesma coisa que uma pessoa que tem ensino médio, é a falta de incentivo que a instituição... e que é a questão da segurança pública... ela não investe, não incentiva aos profissionais a galgarem mais conhecimento, apesar de hoje é cursos, mil e um cursos na SENASP que você pode tá tendo, tendo o contato com o conhecimento, você tem especializações e mestrados em vista na área de segurança pública, contudo no contra cheque continua a mesma coisa, então isso é desmotivante sim, isso aí é a desmotivação,(...) é desmotivante... é... nesse lado com certeza, com certeza.(policial pedagoga B)

Na Polícia Militar de Sergipe não há previsão de remuneração por conta dos policiais pedagogos atuantes no CFAP buscarem especializações. Aliás, não há em qualquer cargo da corporação previsão de pagamento por busca de qualificação no meio civil. O policial pode fazer diversos cursos, de todo tipo de modalidade e/ou nível de ensino. Ele não vai receber estímulo pecuniário por isso. Essa situação é diferente em outras polícias, na Polícia Civil, por exemplo, qualquer curso que se faça a distância, por exemplo, mas que atinja determinada carga horária é contabilizado para que o policial receba uma gratificação. A única contrapartida que os policiais militares recebem pela ampliação de sua especialização ocorre quando o oficial cumpre o pré-requisito previsto em Lei para ascender profissionalmente. Quando um capitão, por exemplo, atinge o tempo, chamado de interstício, para ser promovido ao cargo de major ele precisa cursar o CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais); em algumas Academias Policiais Militares, esse curso já foi reconhecido como nível de mestrado. Ao retornar do curso, conforme vaga aberta o capitão vai então, tornar-se major e receber maior salário. Entretanto, isso não acontece para todos os cargos, e os praças não tem sequer essa oportunidade, pois é exclusividade dos oficiais. Sendo assim, os policiais militares, mesmo os oficiais, que buscarem por qualificação no meio civil não recebem incentivo da corporação para tanto. O incentivo é pessoal parte de alguns chefes imediatos que se mostram mais sensíveis aos anseios de

formação de seus subordinados e com isso procuram flexibilizar horários, escalas tendo maior atenção, também, quanto às demandas femininas relativas às situações familiares.

Entretanto, mesmo sendo um aspecto importante do ponto de vista social para a pedagoga policial do CFAP, há outra dificuldade que as incomoda ainda mais.

Então, é como eu disse, eu tenho a base pedagógica, eu sei o que fazer né, e o que não fazer. Também considero que o é importante né, porque é o que forma o professor essencialmente e o coordenador pedagógico, mas muitas vezes como eu falei, a gente se frustra porque nem sempre a gente consegue avançar. A gente diz o que é que se faz, olhe a legislação fala isso, a gente deve fazer assim, assado hã, hã, hã... Leva isso para a PM/3 que é a diretoria de ensino que vai levar ao comandante geral, porque na realidade atual o comandante geral hoje na polícia militar ele que determina tudo, ele vai olhar, vai ajudar, vai olhar, ele vai dizer “não, eu assino tudo bem..” ou então “Assim não, eu não quero isso, eu não quero assim, eu não quero assado...” Entendeu? Então você vai, você tem a função de orientar, entendeu? De chegar e dizer “olhe, é isso que se deve fazer, tá aqui...” Agora se será acatado pela polícia ou não aí são outros quinhentos entendeu? Quem tá no comando na época vai dizer, ”tudo bem faça assim ou não... não faça assim, mude isso, mude aquilo, dessa forma tal...” (pedagoga policial A)

Embora eles tenham a capacidade técnica, não determinam, no máximo recomendam. As pedagogas policiais não podem ditar as regras desse sistema de ensino.

As dificuldades são muitas né, os desafios são muitos, mas assim, principalmente o que mais me afeta no caso como pedagoga é como eu falei pra você, é saber o certo, o que fazer e não poder fazer, porque por uma questão de hierarquia quem está acima no comando tem o poder de determinar se vai acontecer assim ou assado né e de que forma vai acontecer. Então muitas vezes você sabe o que fazer, você diz o que fazer, você leva o planejamento, leva o plano todo bonitinho como manda o figurino e você não consegue fazer então, pra mim a maior dificuldade é essa, pra mim o maior desafio é esse.(...) (Policial pedagoga A)

Na relação entre saber e poder há uma tensão para essas profissionais. Pois, possuem a capacidade técnica, especializam-se constantemente, contam com a experiência ao longo dos anos, mas ainda são fortemente marcadas pela instituição que integram, a instituição militarizada. O que se deve levar em conta na consideração feita por essa entrevistada é que embora o discurso seja de superação de uma formação policial pautada no militarismo, com vistas a um perfil policial reflexivo, tomando-se medidas para o alcance desses objetivos fazendo permanecer, por exemplo, no quadro do quartel-escola profissionais com pedagogia prestando um serviço mais qualificado, é que tais medidas ocultam relações de poder.

Nesse sentido, “as práticas discursivas não são simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm.” (FOUCAULT: 2009). As pedagogas policiais podem até, no processo de tomada de decisão mais simples, alterar algo nas ações pedagógicas implementadas no Centro de Formação, mas elas não têm poder necessário para determinar como vai ocorrer esse processo educativo. Mas elas podem atuar no micro cotidiano, nas minúcias e detalhes das relações e modos de tratar conteúdos e saberes nesse espaço de trabalho, que é também escolar, podem buscar na ação cotidiana uma formação militarizada que dialogue com os códigos civis da sociedade brasileira humanizando e redefinindo sua imagem diante da população.

Então não me mudou não, e não me frustrou não, eu não sou de me frustrar por pouca coisa não, dificuldade muito mais me motiva do que me frustra. (...) Porque mexe com, com ... eu acho o CFAP ele hoje consegue mexer com o que há de melhor em mim em termos profissionais tá? Muito mais para além das horas que eu gasto estudando, que gasto me inteirando com pesquisa, sabe? Querendo correr atrás... que é uma coisa que também... que me satisfaz muito e que caminha paralelo com isso aqui, (...) e naquele dia surgiu isso, assim, assim de questionamentos e amanhã eu vou levar tal, ou eu tô lendo alguma coisa na... tô nas minhas leituras do que não tem nada a ver com aqui... mas... “rapaz isso aqui ó?!” Isso aqui dava uma boa pimenta em sala de aula, vou deixar, vou... sabe... eu já guardo aquilo ali pra jogar... eu gosto muito de dar essas, essas apimentadas assim com relação a coisas do cotidiano, trazer sempre, sempre falo pra todas as minhas turmas... ah, a gente hoje tá na turma de Direitos Humanos, sei lá de Abordagem Sócio Psicológica da Violência e do Crime, Ética, seja lá o que for, pra mim só tem sentido passar qualquer tipo de conhecimento se eu puder *linkar* e aí eu tô falando pra jovens iniciantes da função policial militar, só tem sentido se eu puder *linkar* com algo que eles vão viver na realidade, só tem sentido se eu puder fazer sentido pra eles com a minha fala... pra o que eles vão vivenciar, tá? Eu tenho padrões e procedimentos, estou atrelada a um campo ético, beleza! Pra que? Pra fazer o que? Pra fazer como? Na prática eu vou fazer isso como? Eu aprendo a teoria... pra gente ali em sala mesmo, a gente discutir como seria, como seria isso na prática... “ah, eu tenho que me perceber enquanto ser humano...” Beleza! Ótimo! E aí, parou por aí? Não! Porque? Porque quando eu tiver de frente de outro ser humano eu vou saber identificar que ele é tão humano quanto eu e eu vou ter procedimentos e padrões específicos pra aplicar em caso de necessidade e por aí vai. (pedagoga policial B)

A hierarquia se faz presente, bem como se faz presente a disciplina. Elas são pedagogas, mas são policiais militares também. Estão submetidas aos ritos, as regras, aos códigos de conduta militar. Podem ser críticas, valorizar o humano, o ser humano, mas

encontrarão impeditivos de ordem prática em sua atuação profissional. Integram uma instituição militar. Um sistema de ensino que é balizado por princípios claros, que até podem estar mascarados de ultrapassados, mas que na verdade se fazem presentes e estão em confronto com os discursos praticados. Sendo assim, “o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?” (FOUCAULT: 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos em temáticas relacionadas à polícia militar comumente associa-se a imagem de uma instituição que é composta por profissionais que agem com truculência, de perfil agressivo, pouco técnico. Paulatinamente essa imagem tem sido substituída por um policial mais legalista, responsabilizado judicialmente por sua conduta, e portanto, mais técnico.

Essa mudança de perfil, que gradativamente tem sido implementada para que se altere a impressão da sociedade em geral, é de responsabilidade de um fenômeno social. Aquele que fora antes denominado e que diz respeito a vida entre os homens, diz respeito a uma relação entre eles, entre os sujeitos – a Educação. A formação policial é responsável pelo efeito das modificações nos valores culturais arraigados dentro das instituições policiais militares.

Nessa mesma linha de raciocínio podemos pensar o valor humano que a Educação imprime aos indivíduos. A tarefa da educação é a identificação dos elementos culturais (habilidades, hábitos, conhecimentos) que devem ser assimilados pelos seres para que se tornem humanos e ao mesmo tempo é descobrir as formas mais adequadas para atingir esse objetivo. Então, em qualquer fenômeno educativo, deve ser evocada essa proposta sob pena do processo não atingir a “contaminação” do outro. Educar é “envenenar”. É um processo de “envenenamento” do outro para que ele assimile as habilidades, os hábitos, o conhecimento. É sobretudo humanizar.

O aprender a ser policial está mudando de contexto. São novos paradigmas que envolvem essa temática. Não há como implementar essa mudança de paradigma sem mudar o processo de formação, de treinamento, sem alterar seus princípios. As matrizes dos cursos militares devem tomar essas formações como cursos técnicos-profissionalizantes, pois não podemos mais entender o trabalho policial distanciado da técnica e do desenvolvimento de habilidades como liderança, comunicação, entendimento do contexto social e dos valores pressupostos com os Direitos Humanos.

Há um profissional que serve a contribuir com essa mediação: o pedagogo. E ele já está atuando nos quartéis-escola. Em Sergipe, já faz quase uma década. Aqui algumas policiais com formação em pedagogia estão envolvidas nesse processo educativo, com essa prática pedagógica: a formação policial militar. Essa atuação tem se estabelecido em meio as tensões presentes no encontro entre sua formação universitária e os princípios educacionais que envolvem a instituição militar que integram.

Embora essa atuação seja efetiva, ela não é prevista nos regulamentos da PMSE. Assim, mostra-se necessário e mesmo urgente que a Polícia Militar enfrente as exigências de revisão dos quadros funcionais, reconhecendo a necessidade de técnicos que vão aprimorar o serviço policial observando que a qualidade do serviço prestado impacta diretamente nas questões da Segurança Pública que envolvem diretamente a vida em sociedade.

Com essa pesquisa vimos que embora as pedagogas policiais não determinem, apenas orientem as práticas educativas na formação policial, elas atuam nas minúcias do cotidiano desse espaço escolar. Desse modo, não nos parece mais possível conceber que o CFAP realize suas atividades formativas sem a presença dessas profissionais. Some-se a isso o fato de que ao longo dos últimos anos, o trabalho realizado tem recebido o reconhecimento dos seus pares e da corporação de um modo geral.

A Polícia Militar entendida como uma instituição que executa um trabalho vinculado ao Estado e à sociedade em geral, tem, é bem verdade, um processo de formação continuada instalado. Para que um soldado, por exemplo, ascenda profissionalmente para o cargo subsequente, aquele de cabo, ele é obrigado a se submeter ao Curso de Formação de Cabos. É pré-requisito, sem esse curso o policial não é promovido. Do mesmo modo acontece com todos os outros postos. Mas o processo de formação continuada não prevê as necessidades de especialização dos cargos técnicos. Não se promovem cursos, eventos, encontros, seminários ou quaisquer outras atividades para os policiais que atuam com serviços técnicos, como por exemplo, com consultoria jurídica, programação de computadores, consultoria pedagógica. Especialmente para as pedagogas policiais, as que aqui chamo de consultoras pedagógicas, essa permanente atualização de conhecimentos é imprescindível. Elas são as responsáveis pelo desenho dos currículos, que é via de regra o primeiro passo da formação de todos os outros policiais. Como conceber essa atuação profissional sem que ela esteja em constante processo de aperfeiçoamento? Sem que aqueles que fazem a educação, entendida aqui, como um fenômeno que proporciona o aperfeiçoamento da humanidade, também não estejam se aperfeiçoando? É de grande importância que a Corporação se ocupe com esse aperfeiçoamento, ou promova estímulos para que eles continuem buscando no meio civil, seu aprimoramento técnico-profissional.

Por fim, como cerne do trabalho, os resultados da pesquisa também nos levaram a compreender, com efeito, que há uma relação de poder oculta nessa pedagogia. Uma pedagogia que tenta cotidianamente romper com os resquícios da época ditatorial implementando novos modos de ação, num cenário em que ainda convive com a dicotomia

entre militarismo e humanização. Esse é um desafio que deve ser encarado de modo incansável com vistas a sua superação, pois, como disse uma das entrevistadas, “esse é um trabalho de formiguinha mesmo” e todos que fazemos a Educação sabemos os efeitos benéficos para a sociedade quando cuidamos do seu caráter humano.

REFERÊNCIAS

- ACHETA, Rodrigo. **A importância do pedagogo nos cursos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. 2013. 57f. Monografia licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Distrito Federal, Brasília. 2013
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; PAES-MACHADO, Eduardo. **Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar**. Sociologias, Porto Alegre, v. 5, p. 214-236, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a10.pdf>> Acesso em 30.04.2015
- ALVES, Claudia Maria Costa. **Cultura e Política no Século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- APARICI, Roberto. *Comunicación educativa em la sociedade de la información*. Madri. Librería UNED: Bravo Murillo. 2003.
- AZEVEDO, Fernando de. “As origens das instituições escolares”. In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6ª. Ed. Brasília: Editora UNB.
- BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo - RS, CAPEC. Paster Editora, 1998.
- BITTENER, Egon. **Aspectos do trabalho Policial**. Tradução: Ana Luiza Amêndola Pinheiro. São Paulo, Ed da Univerdade de São Paulo, 2003.
- BONTEMPI Junior, Bruno. 1995. **História da Educação brasileira: o terreno do consenso**. São Paulo, PUC.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão Política da Educação Popular**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1980. 2ª edição
- CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **“Coisas Velhas”**: Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CANEDO, Daniele. **“Cultura É O Quê?”** - Reflexões Sobre o Conceito de Cultura e a Atuação dos Poderes Públicos. Anais do V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Ba. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf> . Acesso em 13/04/2012.
- CERONI, Mary Rosane. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares**. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100040&script=sci_arttext> Acesso em 01 junho 2015.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf> Acesso em 13/04/2012.

DELORS, Jacques. **Um Tesouro a descobrir**. São Paulo: 1998. Editora Cortez.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: 1979, Companhia Editora Nacional. 4ª edição.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf Acesso em 28 maio 2015.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds.) **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e autores, 2010. p.17-32.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **Disciplinamento e humanização: A formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância**. 2012. 163 f. (Dissertação em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. 2012

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Arqueologia do Saber**. Trad. De Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora Atlas. 2010.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, Janeiro/Junho. 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos, Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **O que é o esclarecimento?** In: Textos Seletos. Trad. De Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

KIRSCH, Deise Becker. **Processos de ensinar e aprender: os instrutores militares e os cadetes da aeronáutica**. 2013. 186f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo. 2013.

KUENZER, Acássia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. São Paulo: Cortez, 2002.

Lei 3669/95 – **Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Sergipe**. Disponível em <http://www.al.se.gov.br/Detalhe_Lei_Imprimir.asp?Numerolei=509> Acesso em 18.04.2015

LIBÂNEO, José Carlos. Organização. **Pedagogia e pedagogos para quê?**. São Paulo. Editora Cortez. 2005.

LIVRO DE ATAS. 2005. Aracaju, Arquivo “CFAP”.

LIVRO DO OFICIAL DE DIA. 1980-2000. Aracaju, Arquivo “CFAP”.

LUÍS, Ronilson de Souza. **Ensino Policial militar**. Tese (Doutorado em Educação). 141f. 2008. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. SP. 2008

Brasil. Ministério da Justiça. **Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro – C22-5**. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/6572065/Ordem-Unida-Exercito-Brasileiro>>. Acesso em 10/08/2014.

PASSOS, Andréa da Silveira. (Org.) **Matriz Curricular Nacional para os profissionais em Segurança Pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2014.

MENEZES, Edmilson, Oliveira, Everaldo de. (organizadores). **Modernidade filosófica: um projeto, múltiplos caminhos**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

FIGUEIREDO, Isabel Seixas de. (Org.) **Pesquisa perfil das Instituições de Segurança Pública 2013 (ano-base 2012)**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas, SP. Autores Associados. 2011.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP. Autores Associados, 2003. 8ª edição.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. 14 edição.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A formação do homem civilizado”. In: **Revista Educar-se**. Ano 1, nº 3, março. 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG - Associação Brasileira das Organizações em defesa dos Direitos e Bens Comuns, em dezembro de 1999. Trecho de entrevista disponível no material didático base do **Curso a distância em Direitos Humanos** ofertado pela Rede de Ensino a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública. 1999.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org.). **A Legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na Educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: Edufal, 2010.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **A Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista - SP. EDUSF. 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011. 3ª edição.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 1985. P 41.

SOUZA, Antônio Cícero de. Lavrador de sítio na estrada ente Andradas e Caldas Novas, no sul de Minas Gerais. *IN*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão Política da Educação Popular**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1980. 2ª edição.

SOMBRA, Cap Severino In HORTA, José Silvério Baía. 1994. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 24.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira** ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura. 1995. São Paulo, PUC. (Dissertação – Mestrado em Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras, e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista-SP, EDUSF, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa *A atuação de pedagogos em ambientes educacionais militarizados*, realizada por Ingrid Alves Cardoso Hora, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Freitas Teixeira, da mesma instituição, tem por objetivo investigar o papel do pedagogo que atua no Centro de Formação da Polícia Militar de Sergipe.

Para a coleta de dados serão utilizadas análise documental, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e grupos focais, que poderão ser gravadas, se houver consentimento dos participantes e da instituição. É garantido aos participantes total sigilo quanto ao seu nome e eventuais informações confidenciais. Os dados coletados serão analisados e divulgados por meio de relatórios e de trabalhos e artigos científicos.

Diante disso, eu, _____,
C.I _____, aceito participar da pesquisa “*A atuação de pedagogos em ambientes educacionais militarizados*”.

A minha aceitação é totalmente livre de qualquer tipo de constrangimento e se dá nas seguintes condições:

1. Pelo presente termo me disponho a participar da entrevista narrativa aplicada pela pesquisadora com vistas a subsidiar o trabalho por ela realizado;
2. Autorizo o uso desses dados para análise e elaboração do estudo de mestrado da pesquisadora;
3. Autorizo a divulgação dessa análise, em periódicos especializados, livros e em congressos científicos, desde que seja mantido o meu anonimato;
4. Possuo, a qualquer tempo, o direito ao acesso de informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários;

5. Possuo o direito de retirar-me da pesquisa no momento em que desejar;
6. Possuo a salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade dos dados informados;
7. Declaro haver lido o presente termo e entendido as informações fornecidas pela pesquisadora e sinto-me esclarecido para participar da pesquisa;
8. Tenho conhecimento de que em caso de quaisquer dúvidas sobre a pesquisa poderei entrar em contato pessoal com a pesquisadora ou, ainda, utilizar o seu email: ingridaju@hotmail.com;
9. Declaro, outrossim, que tenho conhecimento de que, no caso de surgirem problemas, em qualquer época, eu poderei contatar o COEP - Comitê de Ética em Pesquisa, localizado à

Por ser verdade, firmo o presente.

Aracaju, ____/____/2015

Nome legível do entrevistado: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

**Este documento possui duas vias, de igual conteúdo e validade, sendo que uma delas é destinada ao sujeito participante da pesquisa, sendo a outra arquivada pela pesquisadora.*

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO – PERFIL - PEDAGOGOS

I- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Estado Civil: _____

Graduação: _____ Instituição: _____

Ano de início: _____ Ano de Conclusão: _____

Cursou Pós-Graduação? () Sim () Não

() Especialização – Lato Sensu – Em que?

Instituição: _____

() Mestrado e/ou Doutorado – Em que?

Instituição: _____

Quais cursos policiais militares realizados? _____

Instituição: _____

II - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

Há quanto tempo é policial militar?

() 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () 20 a 30 anos

Qual seu Posto ou Graduação?

() Soldado () Cabo () 3º Sargento () 2º Sargento () 1º Sargento () Subtenente

() 2º Tenente () 1º Tenente () Capitão () Major () Tenente Coronel () Coronel

Unidade da Corporação/ Lotação: _____

Há quanto tempo atua como pedagogo militar?

1 a 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos 15 a 20 anos 20 a 30 anos

Qual sua carga horária de trabalho?

30h/semanais 40h/semanais 44h/semanais não tem carga definida

Qual a sua faixa salarial?

até R\$ 1.700,00 DE R\$ 1.701,00 a R\$ 2.000,00 De 2.001,00 a R\$ 2.300,00

Acima de R\$ 2.300,00

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PEDAGOGOS

Data:
Horário início:
Horário término:
Local:

BLOCO I - FORMAÇÃO ACADÊMICA:

1. Podemos começar nossa conversa falando um pouco sobre sua formação? Você se lembra o porquê da opção pelo curso de pedagogia? Como foi o processo de escolha, alguém ou alguma coisa te influenciou na decisão pelo curso?
2. Você poderia contar qual é seu histórico de formação? Fez alguma especialização?
3. Como acredita que sua formação pode contribuir com o CFAP?

BLOCO II - TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

4. Você pode me contar sobre sua trajetória profissional? Como foi o início da carreira como pedagoga e demais experiências? (onde atuou, por quanto tempo, já foi pra sala de aula, trabalhou como pedagogo em outro local além da policia)
5. Você consegue se recordar quais expectativas tinha, quando escolheu este curso, em relação a atuação profissional?
6. Estas expectativas mudaram depois que você conheceu o mercado de trabalho para o pedagogo?
7. Como se tornou policial militar? O que levou você a essa área de atuação? Cronologicamente o que veio antes a polícia ou a pedagogia? Houve alguma influência de uma dessas áreas de formação no ingresso na outra?
8. Você poderia descrever como aconteceu essa formação como PM? O local, o período, existiam pedagogos nessa época pensando essa formação?
9. Como PM quais os cargos e funções que já ocupou? (conhecer essa trajetória profissional como PM)
10. Você esperava atuar profissionalmente neste segmento que te absorveu ou gostaria de estar atuando em outro ambiente educacional? Qual?

11. Você acredita haver alguma relação entre sua formação como pedagoga e sua formação como PM?
12. A Polícia Militar promove sua participação em eventos, viagens e/ou cursos de especialização, aperfeiçoamento na área educacional que possam ajudar na atualização do seu conhecimento técnico para a produção profissional? Em caso afirmativo, com que frequência?

III- ATUAÇÃO PROFISSIONAL COMO PEDAGOGA MILITAR NO CFAP

13. Como aconteceu seu ingresso na equipe do CFAP? Como aprendeu o trabalho a ser realizado?
14. Onde estava desempenhando suas funções policiais no referido momento? Há quanto tempo e em que unidade policial trabalhava?
15. Em sua opinião qual seria o papel do pedagogo no CFAP?
16. Para você o que significa ser pedagoga em uma Instituição militar?
17. Na sua percepção qual seria a principal atividade desenvolvida pelo CFAP?
18. Há quanto tempo está no CFAP? Como você descreveria seu cotidiano de trabalho como pedagogo no CFAP? Como o trabalho está organizado?
19. Como você vê a aplicação dos conhecimentos que recebeu na universidade no seu dia-a-dia profissional?
20. Quais seriam as dificuldades (a relação com a hierarquia da corporação, grau de autonomia, relação com os soldados concursados que passam pela formação no CFAP) encontradas no desempenho de suas funções?
21. Em sua opinião como os outros colegas, os outros membros da corporação, os alunos que passam pelas formações vêem o trabalho que o pedagogo desempenha no centro?
22. Em seu ponto de vista quais foram as motivações para o recrutamento de policiais com formação em Pedagogia para atuação no CFAP?
23. Num paralelo entre o trabalho como PM e o trabalho como pedagogo no CFAP haveria alguma vantagem em estar na equipe CFAP? Que tipo de vantagem ou desvantagem?
24. A presença de pedagogos no CFAP produziu algum impacto no trabalho desenvolvido? Quais seriam eles?
25. Qual sua opinião sobre contratação de “pedagogos não policiais” substituindo os “policiais pedagogos” para o desempenho das atividades formativas em quartéis escola?

26. Em sua opinião quais as características exigidas para atuação no CFAP? Existe ou não um perfil necessário para que o policial pedagogo permaneça nesse espaço de atuação? Em caso afirmativo, qual seria esse perfil?
27. Você está satisfeito com sua atuação? Por que?

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO PARA CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO

I – PERFIL GERAL:

1. Nome: _____
2. Ano de Nascimento: _____
3. Sexo: () masculino () feminino
4. Estado Civil: () solteiro () casado () outro
5. Graduação em: _____ Instituição: _____
 Ano de início: _____ Ano de Conclusão: _____
6. Cursou Pós-Graduação? () Sim () Não
 () Especialização Lato Sensu
 Especificar: _____
 Instituição: _____
 () Mestrado e/ou Doutorado
 Especificar: _____
 Instituição: _____
7. Fez cursos oferecidos pela PM? () Sim () Não

NOME DO CURSO	ANO

II – CARREIRA POLICIAL

8. Há quanto tempo é policial militar?
 a) () 1 a 10 anos b) () 10 a 20 anos c) () 20 a 30 anos

9. Qual seu Posto ou Graduação atual?

- a) () Soldado
- b) () Cabo
- c) () 3º Sargento
- d) () 2º Sargento
- e) () 1º Sargento
- f) () Subtenente
- g) () 2º Tenente
- h) () 1º Tenente
- i) () Capitão
- j) () Major
- k) () Tenente Coronel
- l) () Coronel

10. Unidade da Corporação/ Lotação atual: _____

11. Há quanto tempo atua no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PM/SE?

- a) () 1 a 5 anos b) () 5 a 10 anos c) () 10 a 15 anos d) () 15 a 20 anos e) 20 a 30 anos

12. Qual sua carga horária de trabalho semanal?

- a) () 30h/semanais b) () 40h/semanais
- c) () 44h/semanais d) () não tem carga horária semanal definida

13. Qual a sua faixa salarial?

- a) () até 5 (cinco) salários mínimos (até R\$ 3.940,00)
- b) () De 5 (cinco) a 10 (dez) salários mínimos (de R\$ 3.940,00 até R\$ 7.880,00)
- c) () De 10 (cinco) a 15 (quinze) salários mínimos (de R\$ 7.880,00 até R\$ 11.820,00)
- d) () Superior a R\$ 11.820,00

APÊNDICE E

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO

Data:
Horário início:
Horário término:
Local:

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Como fez a escolha do Curso de Formação de Oficiais para a Polícia Militar como seu curso superior?
2. Você poderia descrever como aconteceu essa formação? Onde foi, quando foi, a duração do curso? Enfim, como foi essa experiência em sua vida?
3. Durante o CFO também recebeu algum tipo de preparação para atuação com formação policial? Qual?
4. E depois do CFO o senhor participou de alguma outra formação na PM?
5. O senhor lembra quem era a equipe responsável por sua formação no CFO? Quais eram os profissionais?
6. Além do CFO o senhor tem formação acadêmica em outra área? Em caso afirmativo, poderia contar o seu histórico de formação nessa área? Essa formação ocorreu antes ou depois do CFO? Como se deu a escolha dessa outra área?

II – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

7. Antes de se tornar policial militar já atuava profissionalmente em alguma outra área? Qual?
8. O senhor poderia contar sua trajetória de atuação como policial militar? Quais os postos ocupados, em que unidades trabalhou, onde comandou e por quanto tempo?
9. O senhor esperava atuar profissionalmente com formação policial militar ou gostaria de estar atuando em outra Unidade da Corporação? Qual?

III – O CFAP

10. Como acredita que sua formação acadêmica (seja o CFO e/ou outro curso superior) pode contribuir com o CFAP?
11. Suas experiências profissionais anteriores contribuíram para que na polícia militar fosse absorvido para a atuação no quartel escola? De que maneira?
12. A Polícia Militar promove sua participação em eventos, viagens e/ou cursos de especialização, aperfeiçoamento na área educacional que possam ajudar na atualização de conhecimento técnico para a produção profissional no CFAP? Em caso afirmativo, com que frequência?
13. Como se tornou integrante do CFAP? Quando isso ocorreu? Já ocupou outros cargos no CFAP antes desse atual como Chefe da Divisão de Ensino?
14. Em sua opinião qual a importância da Divisão de Ensino para o CFAP?
15. O Senhor poderia descrever a Estrutura Organizacional da D.E.? Quem é sua equipe? Como o Senhor a organiza?
16. Quais os objetivos de sua equipe?
17. Quais as principais ações desenvolvidas por este quartel no campo da educação e da formação profissional?
18. O trabalho que a Divisão de Ensino desenvolve passou por alguma mudança nos últimos anos? Em caso afirmativo, poderia descrever as mais significativas? Qual sua avaliação sobre isso?
19. Qual balanço faria do trabalho realizado por essa Unidade de Ensino no que diz respeito as dificuldades, avanços e retrocessos na formação ofertada?

III – SOBRE OS PEDAGOGOS

20. Desde o início de sua gestão conta com uma equipe pedagógica para te assessorar na Divisão de Ensino? O senhor poderia nos falar sobre a organização dessa equipe?
21. Quais os profissionais que compõe essa equipe hoje? Entre eles há policiais com formação em Pedagogia?
22. Como o Senhor caracterizaria essa equipe? Quais seriam os pontos fortes e fragilidades?
23. Como esses policiais pedagogos são recrutados na corporação para integrar o CFAP? Eles passam por alguma formação específica?

24. O CFAP já teve outras experiências com policiais compondo essa equipe, mas sem formação em Pedagogia? Em caso afirmativo, o senhor percebeu alguma diferença no desempenho das funções atribuídas?
25. O que pensa sobre a contratação de pedagogos que não sejam policiais para atuar nessa equipe dentro do CFAP?
26. Quais as tarefas que solicita com mais frequência a essa equipe?
27. Se o senhor pudesse dar algumas recomendações para a universidade onde foi formado o pedagogo que atua na Divisão de Ensino o que gostaria de sugerir?
28. O senhor poderia fazer um balanço sobre a atuação profissional dessa equipe (importância, competência, dificuldades) para o CFAP?